

AS CONTRIBUIÇÕES DA UFPR SETOR LITORAL TRAZIDAS À REGIÃO LITORÂNEA DO PARANÁ A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DE SEUS CURSOS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS(AS) EGRESSOS(AS)

Adriana Lucinda de Oliveira¹

Emerson Joucoski²

Elsi do Rocio Cardoso Alano³

Andreia da Silva Temoteo de Oliveira⁴

Daniel de Andrade Junior⁵

Thais Pedrinho de Pontes⁶

Vilma Alves de Almeida⁷

1 INTRODUÇÃO

A região litorânea do estado do Paraná, que compreende sete municípios, é considerada estratégica para os ambientalistas em função da urgência de ações de conservação dos ecossistemas únicos, que ali se encontram, e da importância de seus recursos hídricos. Essa região abrange os municípios que apresentam baixos indicadores de desenvolvimento no estado do Paraná – em especial baixos índices de desenvolvimento humano, alfabetização e saúde (Horochovski *et al.*, 2012). Foi nessa região que, em 2004, a UFPR se estabeleceu, por meio de um pacto entre instâncias governamentais das três esferas. Os acordos entre as instâncias governamentais foram estabelecidos para que pudesse subsidiar as estruturas e viabilizar os concursos para a contratação dos docentes e para o vestibular dos candidatos.

1. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTs) e do curso de serviço social na Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail*: <adrilucinda@gmail.com>.

2. Professor da UFPR Setor Litoral na licenciatura em ciências e nos programas de pós-graduação da UFPR: PPGDTs, Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) e mestrado profissional em ensino de ciências ambientais. *E-mail*: <joucoski@ufpr.br>.

3. Professora da UFPR Setor Litoral no bacharelado em gestão e empreendedorismo e na especialização em questão social pela perspectiva interdisciplinar. *E-mail*: <elsi@ufpr.br>.

4. Pesquisadora do Programa Interinstitucional de Bolsas para a Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal do Paraná (PIBPós/PROEPI/IFPR). *E-mail*: <andriatemoteo16@gmail.com>.

5. Graduado em gestão e empreendedorismo pela UFPR. *E-mail*: <danielandradejuka@gmail.com>.

6. Integrante do grupo de pesquisa Educação e Trabalho e pesquisadora do Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social Pesquisa e Extensão Universitária – UFPR/Fundação Araucária. *E-mail*: <thaispedrinho123@gmail.com>.

7. Integrante do grupo de pesquisa Educação e Trabalho, pesquisadora do Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fundação Araucária. *E-mail*: <vilmaalves1994@gmail.com>.

A UFPR, conhecida pelo seu centenário, passou a ter um de seus *campi* no litoral paranaense, no contexto do processo de interiorização das universidades no Brasil, situado no município de Matinhos, cuja implantação e funcionamento ocorreram em agosto de 2005. A instalação do denominado Setor Litoral teve como justificativa o objetivo institucional da UFPR de contribuir para o desenvolvimento da região e ampliar a acessibilidade da população residente ao ensino superior. De acordo com Alano (2008), o projeto político-pedagógico (PPP) da UFPR Setor Litoral teve como premissa “desencadear um processo de desenvolvimento sustentável na região”, o qual teria seus desdobramentos “a partir de projetos de ação docente dos professores e dos projetos de aprendizagem dos discentes”, sendo estes “desenvolvidos nos municípios do litoral paranaense” (p. 29).

Este capítulo tem como objetivo sistematizar e analisar uma série de dados sobre os estudantes ingressantes e egressos (graduados e licenciados) do Setor Litoral, na perspectiva de contribuir para o processo de avaliação dos desdobramentos da chegada de um *campus* da UFPR no litoral paranaense. A investigação desenvolvida pelo grupo de pesquisa Educação e Trabalho⁸ tem buscado construir um processo de monitoramento da trajetória pós- formação, do desenvolvimento profissional e da inserção profissional.

Outros fatores, como a produção de conhecimento sobre a realidade da região, o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o envolvimento da universidade com os outros níveis de escolaridade, a promoção de atividades culturais e a movimentação da economia local, compõem os elementos que expressam as transformações na região, elementos estes decorrentes da implantação dessa instituição de ensino superior.

Rolim e Serra (2010), ao discutirem o impacto das instituições de ensino superior (IES) nas regiões em que estas estão inseridas, diferenciam as universidades que *estão* na região das universidades que *são* da região. As primeiras estão mais preocupadas com as questões do conhecimento universal, com temas de interesse nacional, formando alunos para o mercado nacional. Já as universidades que *são* da região, além de tratar das questões universais e nacionais, também estão preocupadas com as questões específicas das suas regiões, pesquisam os temas das atividades econômicas das regiões, assim como formam alunos capacitados para os mercados de trabalho das suas regiões e são parceiras dos demais atores regionais.

A instalação de uma universidade em determinada região, por si só, já gera um impacto econômico sobre os fluxos de renda locais, ou seja, demanda trabalho e uma circulação de renda proveniente dos gastos com o pagamento de professores e funcionários, aumento da arrecadação, maior demanda imobiliária,

8. Disponível em: <<https://bit.ly/3026bMT>>.

de infraestrutura e de serviços. Além dessas contribuições, pode-se afirmar ainda um aporte de capital cultural e simbólico gerado pela produção de conhecimento. Nessa perspectiva, afirmamos que a UFPR se caracteriza em uma universidade que é da região, e que tem buscado desenvolver ações alinhadas com as demandas e necessidades do litoral paranaense.

2 O LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ, O MOMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O NASCIMENTO DA UFPR SETOR LITORAL

Considerando que o litoral paranaense está situado em uma região que compreende uma vasta potencialidade ambiental, urge a necessidade de ações de conservação dos ecossistemas, as quais são vistas como propositivas sob o ponto de vista dos ambientalistas. Foi nessa região que, em 2004, a UFPR Litoral se estabeleceu, por meio de um pacto entre instâncias governamentais e UFPR. Até então, a presença da UFPR nessa região era pouca, apenas limitada ao desenvolvimento de algumas pesquisas, pois a região era vista, predominantemente, como um local para pesquisas ambientais. Contudo, a UFPR estava para se tornar mais presente na região no mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estimulou uma política de expansão das universidades públicas federais, em um momento em que a educação superior apresentava problemas estruturais e conjunturais advindos do modelo federalista de 1930, parcialmente resolvidos pela Constituição Federal de 1998 (CF/1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 (Costa, Cunha e Araújo, 2010). Entre os problemas na educação superior estava a educação do ensino superior público da rede federal, que limitava a oferta de vagas e reduzia as oportunidades de acesso da população (Brasil, 2010). Em 2003, as políticas educacionais foram reorientadas para que acontecessem avanços nos marcos regulatórios em todos os níveis de ensino, tendo em vista a expansão e a defesa da educação pública gratuita e de qualidade, com intuito de ampliar o acesso ao ensino superior e reduzir as desigualdades regionais. Ainda em 2003, o governo criou o Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior, ampliado em 2007, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (Morosini, 2011). Nessa leva, a UFPR aderiu ao programa e criou o *campus* UFPR Litoral, como parte das políticas públicas do programa de 2003 (UFPR, 2004).

Sempre ficou claro para os idealizadores da UFPR Setor Litoral que ela não intencionava ofertar os mesmos cursos da matriz, para que essa não se *contaminasse* com a estrutura departamental e de colegiados de curso, tão desgastados do modelo da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/1968) e que organizava o departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa, modelo organizacional norte-americano. Além disso, a equipe de implantação do Setor Litoral considerava que a instituição não deveria ter em sua estrutura os *problemas* conhecidos

das estruturas universitárias: os colegiados, o excesso de hierarquia e a falta das relações com as cidades onde as universidades estão instaladas. Havia também a dificuldade de quebrar o paradigma existente na matriz, ou seja, o obstáculo na implementação de uma proposta que optasse pela mudança do modelo universitário tradicional, na intenção de ofertar cursos profissionalizantes noturnos *mais humanizados* e antecipar a proposta de aumento das oportunidades de acesso da população, propostas no Reuni. Ao contrário de vários setores da UFPR que consideravam a pesquisa como a principal vocação da universidade, nesse *campus*, seus idealizadores desejavam contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma região que possuía baixos investimentos das políticas públicas e promover mudanças nos processos sociais, políticos e educacionais. Também sugeriam modificações na relação dessa instituição federal de ensino com a comunidade em seu entorno, em particular, fortalecendo as atividades de extensão. Desta maneira, foi sonhado que o projeto educacional se hospedasse no litoral paranaense, com a intenção de trazer cursos a partir das demandas da comunidade, os quais pudessem somar às necessidades da região, fortalecendo assim as formações profissionais, tanto técnicas quanto especialistas. De início, os cursos implementados tinham total, ou quase total, aderência às reais necessidades de região, pois as comissões para estudo das viabilidades de ofertas de formação para a realidade local desenvolveram seus estudos junto à comunidade e às secretarias de educação dos sete municípios do litoral paranaense, por intermédio da Pró-reitoria de Graduação e Educação Profissional (Prograd) da UFPR e da antiga Escola Técnica da UFPR. De tal forma que o sujeito (ou seja, a comunidade, convidada a participar) deveria reagir ao hospedeiro, ao explorador (suposto detentor do conhecimento), o qual se tornaria o explorado pelos desafios da realidade, ou seja, a realidade deveria ser a problematizadora, para que as ações da universidade propiciassem a superação das dificuldades locais (Cunha, Hamermuller e Alano, 2007).

O que se verificou foi que o grupo da Prograd/UFPR já havia proposto algumas reformas internas nas matrizes curriculares das graduações, com o intuito de promover discussões em *prol* dos PPPs dos cursos, e, por vezes, muitas dessas tentativas de reforma não tinham conseguido sair do papel devido aos obstáculos impostos pelas tradições universitárias. Contudo, o grupo as desejava colocar em prática na então idealizada UFPR Setor Litoral, concretizando uma mudança sem as amarras das tradições universitárias. As ambições não eram pequenas e havia uma crença de que os alinhamentos políticos do governo Lula, das prefeituras locais, do governo do estado e da parceria com a UFPR tornariam possível executar as propostas inovadoras. Conforme se evidenciou em Couto (2013), em suas pesquisas sobre as inovações nas universidades brasileiras, a renovação desejada por esse grupo não refletia apenas um momento histórico de expansão das universidades federais em todo o país, mas se tratava de “um projeto que foi planejado mesmo antes

desse movimento de ampliação do ensino superior público e que buscou articular uma série de questões, entre elas, as principais são: desenvolvimento regional, inovação na metodologia de ensino e resgate da função social da universidade” (Couto, 2013, p. 157).

O que o grupo buscava não era somente uma melhoria no sistema tradicional de ensino universitário com novidades, mas algo que mudasse não apenas as aparências, mas também a essência do sistema de ensino. A chancela das ações do professor diretor-fundador pelo reitor da UFPR (gestões 2002-2005 e 2005-2008) permitiu que a matriz aceitasse essas novas ideias, equipasse o grupo com as ferramentas necessárias à sua execução e possibilitasse que o Setor Litoral tivesse avanços nas suas lutas acadêmicas e interinstitucionais.

Em 2006, os defensores da proposta inovadora – os fundadores e os recém-docentes que os apoiavam – declaravam, partindo da ideia que as suas bases epistemológicas eram alicerçadas no caráter emancipador e argumentativo da ciência emergente, que o *campus* vinha para modificar a realidade do seu entorno e promover o desenvolvimento da região, por meio da “maior comunicação e diálogo com os saberes locais e com os diferentes atores” (Veiga, 2003, p. 274), realizada em um contexto que é histórico e social, pela prática da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e da construção de saberes orientado por práticas junto com as comunidades da região litorânea.

Em abril de 2008, a direção, os docentes e os servidores técnicos da UFPR Litoral que mais se aproximavam da proposta idealizada pelos fundadores terminaram de elaborar a proposta definitiva do PPP (UFPR Litoral, 2008). O PPP foi amplamente debatido desde a fundação do Setor Litoral, e aprovado pelas instâncias superiores da UFPR em junho de 2008, tornando-se, assim, um importante marco na história da instituição, pois passou a ser o referencial para os projetos pedagógicos dos cursos, além de subsidiar outras questões administrativas e acadêmicas do setor. O PPP da UFPR Litoral fomentou diversas análises, tanto no meio acadêmico quanto no projeto em si, bem como um foco expressivo na análise da formação dos(as) docentes. No que diz respeito aos estudos realizados sobre o tema, os três trabalhos a seguir valem a pena serem destacados.

- 1) A tese e o artigo de Couto (2011; 2013), que analisam duas instituições, a UFPR Litoral e a Universidade de São Paulo *campus* Leste (USP Leste), como estudos de caso para identificar se *as universidades brasileiras com propostas inovadoras ou diferenciadas, advindas da expansão do ensino superior, possuem alguma política de formação pedagógica para os professores dessas universidades* (Couto, 2011), também avalia as necessidades dos projetos pedagógicos institucionais (PPIs) e os possíveis alicerces para a inovação curricular no ensino superior.

- 2) A dissertação de Carvalho (2010), analisando *como a UFPR Setor Litoral tem se articulado nos municípios para realizar as atividades de formação continuada com os professores das escolas da região*, faz duras críticas a toda a concepção da instituição, mas também realiza uma análise dos objetivos do PPP e neles encontra algumas contradições lógicas, tais como as que, por um lado, defendem a lógica de formação do acadêmico para o mercado de trabalho e, por outro lado, defendem, para os professores, uma base de desenvolvimento sociocultural que procurará transformar a sociedade.
- 3) A tese de Fagundes (2009) procurou responder *se a formação e/ou ação profissional dos acadêmicos é impactada por um PPP de intencionalidade emancipatória*. Usando como estudo de caso a UFPR Setor Litoral, esse documento possibilitou uma leitura a partir da perspectiva marxista sobre as reais intenções do PPP emancipatório a que a instituição estava preocupada em estabelecer.

Ainda em relação ao PPP, Fagundes (2009, p. 47) entende que

como filhos da modernidade, corremos um sério risco de eleger a intencionalidade emancipatória para construção do PPP e cair na tentação de impô-lo verticalmente. Agindo assim, faríamos o mesmo que condenamos no paradigma dominante, apenas carregado de boas intenções e talvez com um acabamento muito bem envernizado. Estaríamos realizando, possivelmente, uma bela construção epistemológica idealizada, porém sem qualquer sustentação ontológica. Percebo que aí reside a maior contradição de algumas tentativas emancipatórias.

O PPP, por meio de sua intencionalidade e dos seus autores, pareceu se colocar como um esforço coletivo, construído para responder aos desafios que o mundo propunha à universidade, em particular no tempo e no espaço em que essa instituição está inserida. Dessa maneira, apenas o fato de ter pensado em um PPP e de tê-lo feito existir no papel nessa instituição, este já se apresentava como um projeto diferente do resto de toda a universidade, mas, para além disso, o PPP foi reconhecido pela universidade como diferente e legitimado pelas instâncias superiores. Qualquer unificação ulterior, que viesse a assimilar aquilo que é diferente, encerraria o princípio da dominação de um ideal sobre o outro, “da negação de uma identidade por outra” (Bourdieu, 1989, p. 129).

O PPP pode se traduzir em linhas gerais como: i) uma ruptura epistemológica em relação à forma como os saberes acadêmicos são tradicionalmente pensados, enfatizando os processos dialéticos, a educação como totalidade por meio da indissociabilidade do (tripé) ensino-pesquisa-extensão; ii) a busca pela inovação emancipatória, conscientizando educadores e educandos, usando como lema que “ninguém educa ninguém, os homens aprendem comunitariamente” (Freire, 2011, p. 68); iii) a aproximação de servidores técnico-administrativos,

docentes e alunos, de acordo com as necessidades dos contextos de ação; iv) o repensar as estruturas de poder, as relações sociais e os seus valores; v) a busca pela superação da fragmentação das ciências, pensado em um currículo flexível e articulado; vi) a definição de três espaços curriculares obrigatórios: fundamentos teórico-práticos (FTPs), projetos de aprendizagem (PAs) e interações culturais e humanísticas (ICHs); vii) a ruptura com o ensino fragmentado, excludente e elitizado; e, finalmente, viii) a educação do educando passando por três estágios para a construção do conhecimento: conhecer e compreender, compreender e propor, propor e agir.

Em relação ao item viii, *conhecer e compreender, compreender e propor, propor e agir*, interpreta-se como referência às ideias freirianas sobre o homem no mundo e a sua realidade, usando os conceitos de imersão, emersão e inserção (Oliveira e Carvalho, 2007). Em um primeiro momento, a imersão ou o *conhecer e compreender*, há o educando inserido no mundo, ainda sem compreendê-lo bem, mas buscando observá-lo, conhecê-lo, tateando a compreensão. No segundo momento, a emersão ou o *compreender e propor*, em que o educando procura se distanciar da realidade, admirá-la, objetivá-la, elaborando propostas para a mudança da realidade. No terceiro momento, a inserção ou o *propor e agir*, implica ao educando retornar à realidade para transformá-la por meio de sua *práxis*. Destarte, a proposta do PPP pretende estabelecer as diretrizes a serem seguidas pelos cursos para retirar o educando de sua condição de consciência transitiva ingênua, ou seja, retirá-lo da limitação de sua esfera de apreensão, do seu descompromisso com a existência, para uma consciência transitiva crítica, resultado da provocação às questões que lhe são propostas, que têm como característica perceber a causalidade dos fatos e se aprofundar na interpretação dos problemas, desvelando e transformando a realidade. Isso que se pretende oferecer na proposta ao educando para o desenvolvimento da tomada de consciência é denominado por Paulo Freire de conscientização.

Em consonância com essa perspectiva teórica, ressaltamos a universidade como um espaço contraditório, repleto de correlação de forças, que historicamente tem sido elitizada, comprometida com o capital, com o estado burguês. No entanto, enquanto espaço contraditório, ela pode constituir-se também em espaço de crítica, proposição, compromisso com os interesses populares, colocando a produção de conhecimento, a ciência e tecnologia a serviço da população.

Nessa perspectiva, o Setor Litoral foi criado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região litorânea do Paraná, tendo como premissa um projeto pedagógico diferenciado dos demais setores da UFPR. Considerando as contradições, os avanços e os retrocessos, tanto no interior do setor quanto na universidade e, principalmente, na conjuntura nacional, podemos afirmar que o Setor Litoral tem conseguido cumprir com seus propósitos, haja vista diferenciadas ações, projetos e sujeitos que desenvolvem a mediação, a articulação e a organização

virtuosa das potencialidades regionais por meio da organização da cadeia produtiva, do aporte tecnológico, do desenvolvimento de pesquisa em parceria com outras IES, fortalecimento da educação em outros níveis, proposição de políticas de geração de trabalho e renda, suporte na qualificação e principalmente na articulação com os movimentos sociais e as diferenciadas populações que compõem o território do litoral paranaense: quilombolas, ribeirinhos, pescadores, caiçaras, indígenas, pequenos agricultores, artesãos, pequenos e médios empreendedores (Oliveira, 2015).

O litoral paranaense é composto de sete municípios: Antonina (968,9771 km²), Guaraqueçaba (2.159,3374 km²), Guaratuba (1.326,8811 km²), Matinhos (111,5637 km²), Morretes (686,5942 km²), Paranaguá (665,8309 km²) e Pontal do Paraná (216,2945 km²). A área total, que corresponde a 3% do território do estado do Paraná, limita-se ao norte com o estado de São Paulo, no qual se localiza a Vila de Ararapira; ao sul com o estado de Santa Catarina, no curso do rio Sahi-Guaçu; a leste com o oceano Atlântico; e a oeste com a denominada serra do Mar. Atualmente, o litoral paranaense tem 82% de sua área voltada à conservação, pois possui a maior área contínua de floresta pluvial Atlântica preservada (Pierri *et al.*, 2006, p. 150). A região tem sido alvo dos investimentos do pré-sal, dada a sua localização geográfica, bem como de ações relacionadas à reserva de carbono, pois possui a maior reserva de Mata Atlântica da região Sul do Brasil. Apesar da riqueza natural e cultural existente no mosaico de unidades de conservação que permeia esse território, o litoral norte do estado se configura como uma das regiões mais pobres do Paraná, marcada pela sazonalidade e por um desenvolvimento lento e dependente da atividade portuária, agrícola e de serviços (por exemplo, o turismo). Foram concebidos quinze cursos, de acordo com as características da região. Na área ambiental: *gestão ambiental e tecnologia em agroecologia*. Na área de saúde e social: *fisioterapia, saúde coletiva, serviço social, tecnologia em orientação comunitária e informática e cidadania*. Na área do turismo e lazer: *tecnologia em turismo, gestão e empreendedorismo e gestão desportiva e do lazer*. Foram ainda criadas três licenciaturas: *artes, ciências e linguagens e comunicação*. Já os cursos de bacharelado em *gestão pública e tecnologia em gestão imobiliária* relacionam-se à área de gestão do território e de políticas públicas.

A partir dos processos de avaliação, os cursos de *tecnologia em orientação comunitária* e de *informática e cidadania* foram fechados. Os cursos de *gestão ambiental, gestão pública e gestão desportiva e do lazer* foram reconfigurados, passando a *ciências ambientais, administração pública e licenciatura em educação física*. Outros dois cursos foram abertos, *licenciatura em geografia e licenciatura em educação do campo*, sendo essa última pela chamada do Ministério de Educação (MEC), por meio de ação integrada entre a Secretaria de Educação Superior (Sesu); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi); e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (Setec), mediante Edital nº 2,

de 31 de agosto de 2012. O edital previu a submissão de projetos pedagógicos de cursos presenciais de licenciatura em educação do campo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo).

Tendo como premissa as contradições, mas, principalmente, as potencialidades da instalação da universidade nessa região, seguimos nossas análises a partir da sistematização dos dados dos ingressantes.

3 DADOS DOS INGRESSANTES

Os dados que seguem foram acessados por meio do Núcleo de Concursos da UFPR, responsável pelos vestibulares. No momento da inscrição, os(as) candidatos(as) preenchem um questionário socioeconômico, sendo nossa fonte de pesquisa as respostas dos(as) aprovados(as) ingressantes. De antemão, podemos afirmar que a UFPR Setor Litoral tem possibilitado a inserção no ensino superior da população da região, considerando que, no momento do ingresso, em média, 85,7% dos estudantes residiam em um dos sete municípios da região.⁹ Os dados dos(as) ingressantes demonstram que o acesso ao direito à educação é interceptado pela condição de trabalhadores(as) e necessidade de contribuir com as demandas econômicas da família. A tabela 1 expressa que as três primeiras classificações concentram a maior população, sendo que as melhores rendas familiares abrangem um número muito restrito de estudantes.

TABELA 1
Renda familiar dos ingressantes na UFPR Litoral, segundo classificação, número de salários mínimos e média e desvio-padrão do número de ingressantes (2005-2018)

Classificação	Intervalo de salários mínimos (SMS)	Média ± desvio-padrão
A	Até 2	91,8 ± 39,8
B	De 2,1 a 4	146,2 ± 68,4
C	De 4,1 a 10	128,1 ± 52,0
D	De 10,1 a 20	21,3 ± 9,4
E	De 20,1 a mais	5,4 ± 2,9

Fonte: Núcleo de Concursos da UFPR. Disponível em: <<https://bit.ly/3mmHIQd>>. Acesso em: 31 maio 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Os valores dos salários mínimos foram atualizados até o ano de 2018 em acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB).

9. Os questionários socioeconômicos aplicados sobre os ingressantes diferem na pergunta sobre a cidade de residência, pois, de 2005 a 2013 (primeiro período), havia um vestibular específico para a UFPR Setor Litoral, mas, de 2015 a 2018 (segundo período), o vestibular foi unificado, o que impossibilitou determinar, com certeza, a procedência dos ingressantes. Nos questionários de 2005 a 2013, havia a possibilidade do(a) ingressante responder qual era uma das sete cidades do litoral do Paraná onde ele residia, porém, de 2014 a 2018, o vestibular foi unificado e foram feitas estimativas com base nas respostas. O percentual para o primeiro período foi de 83,5% ingressantes e no segundo período foi de 87,9%, média de 85,7%.

Essa afirmação fundamenta-se na renda média das famílias dos(as) respondentes no momento da inscrição no vestibular (tabela 1) e na média geral do número de pessoas que sustentam a família com a sua renda (3,5 pessoas por família de 2005 a 2018).

Os(as) ingressantes foram questionados(as) se teriam que obrigatoriamente trabalhar durante o curso. As respostas, de acordo com a tabela 2, reiteram a condição de trabalhadores(as).

TABELA 2
Durante o curso, você terá que obrigatoriamente trabalhar?

Alternativas	Respostas	%
Sim, mas apenas nos últimos anos	82	1,6
Sim, desde o primeiro ano, em tempo parcial	1305	25,6
Sim, desde o primeiro ano, em tempo integral	1732	33,9
Não sei	1493	29,2
Não	493	9,7
Total	5.105	100

Fonte: Núcleo de Concursos da UFPR. Disponível em: <<https://bit.ly/3mmHIQd>>. Acesso em: 31 maio 2021.

Esse fato só reafirma o compromisso inicial da UFPR Litoral de que a maioria dos cursos deveria ser noturnos.

Entre 2005 e 2018, a UFPR Litoral teve um total de 5.105 aprovados em seus diferentes cursos, a média de idade foi de $28,4 \pm 1,2$ ano, dos quais, 3.074 (60,2%) são do sexo feminino e 2.031 (39,8%) do sexo masculino.

Segundo Mont'Alvão Neto (2014), as mulheres apresentam uma probabilidade muito maior que os homens de fazer a transição para a educação superior no Brasil. O autor afirma também que esta vantagem já existia nos anos de 1980 e que ela vem aumentando progressivamente. Assim, o Brasil segue a tendência mundial de vantagem feminina de acesso a esse nível de ensino. Esse fenômeno tem sido denominado de feminização do ensino superior.

A expansão do ensino superior que tem vindo a ser observável nas últimas décadas caracteriza-se pela crescente feminização dos estudantes do ensino superior, o que constitui uma tendência transversal a vários países. Na verdade, registra-se uma inversão das assimetrias de gênero no ensino superior, considerando que ao longo dos últimos anos se consolidou a tendência para se diplomarem mais mulheres do que homens (Alves e Morais, 2018, p. 82).

Evidenciamos que a UFPR é precursora na política de ações afirmativas, sendo que os dados mostram que 42% dos(as) dos estudantes ingressam utilizando essa política.

No período de 2005 a 2012 foram disponibilizadas 40% das vagas dos cursos da UFPR Setor Litoral por meio de políticas de inclusão da UFPR, 20% através de inclusão racial e 20% social, as demais vagas, 60%, ocorreram pela modalidade concorrência geral. No ano de 2013, 15% das vagas atenderam as políticas de inclusão da UFPR, 25% as da Lei nº 12.711, Decreto nº 7.824 e Portaria nº 18/2012-MEC e 60% para concorrência geral (...). Em 2015, 40% das vagas atenderam a Lei de Cotas e 60% a concorrência geral. Nos anos seguintes, 50% das vagas foram reservadas para a Lei de Cotas e 50% para a concorrência geral (Quadros, 2019, p. 65).

No que se refere à escolaridade pregressa, 81,8% dos alunos (4.178) cursaram os ensinamentos fundamental e médio integralmente ou em sua maior parte em escolas públicas. A procedência, a renda familiar, o fato de necessitar trabalhar e a escolaridade pregressa reiteram que a chegada da UFPR à região, ampliou as possibilidades de acesso a essa população ao ensino superior.

Em contrapartida, evidenciam-se também as estratificações vertical e horizontal, haja vista as dificuldades de acesso à educação terciária e os altos índices de concorrência nos vestibulares da UFPR. “Enquanto a estratificação vertical indica as desigualdades de acesso aos diversos níveis do sistema, a dimensão horizontal abrange as diferenças qualitativas que permeiam as desigualdades de transição” (Mont’alvão Neto, 2014, p. 13).

Os processos de estratificação horizontal são constituídos por escolhas condicionadas socialmente, sendo que estudantes oriundos de estratos socioeconômicos mais altos têm vantagens de acesso às instituições mais prestigiadas e campos educacionais com maior retorno socioeconômico.

Esta seletividade se dá principalmente em termos de diferenciais de classe de origem. Parte do efeito das origens sociais se dá através do desempenho acadêmico, o que favorece estudantes das classes mais altas, os quais apresentam maior probabilidade de sucesso na competição pelas vagas nos cursos mais prestigiados, que requerem alto nível de desempenho nos exames de admissão (Mont’alvão Neto, 2014, p. 17).

Apesar dessa seletividade, a expansão educacional e a chegada da UFPR na região litoral têm significado uma força equalizadora, uma possibilidade concreta de construção de alternativas de desenvolvimento a partir das potencialidades do território. Essa afirmação ganha sustentação e robustez ao analisarmos os dados da pesquisa com os egressos do Setor Litoral.

4 A PESQUISA COM OS(AS) EGRESSOS(AS) DA UFPR SETOR LITORAL

A investigação, capitaneada pelo grupo de pesquisa Educação e Trabalho, utilizou o arcabouço teórico da pesquisa qualitativa, recorrendo a dados quantitativos na etapa exploratória, na perspectiva de construir indicadores por meio de um processo relacional e de complementaridade. Elaboramos um instrumento de pesquisa com

106 questões, organizadas de forma encadeada, gerando caminhos diferenciados de acordo com o perfil do(a) respondente.

O referido instrumento de coleta de dados foi construído utilizando o *software* livre e gratuito *Lime Survey*,¹⁰ disponibilizado pela UFPR. As perguntas e alternativas do questionário estão disponíveis *on-line*.¹¹ A localização dos sujeitos da pesquisa ocorreu por meio de *Facebook*, *Instagram*, *e-mail* e contato telefônico. Ao localizarmos os(as) egressos(as), enviamos o *link* do questionário. Optamos por buscar os(as) diplomados(as) até 2016. O universo da pesquisa compreendeu os sujeitos de doze cursos ativos na UFPR Setor Litoral, dos quais 344 (35,0%) são respondentes.

TABELA 3
Relação de cursos com número de egressos respondentes, segundo curso, sexo, contagem e percentual

Curso		Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
Agroecologia	Contagem	11	9	20
	Proporção por coluna (%)	4,9	8,3	6,0
Gestão ambiental	Contagem	52	24	76
	Proporção por coluna (%)	23,0	22,2	22,8
Gestão desportiva e do lazer	Contagem	4	7	11
	Proporção por coluna (%)	1,8	6,5	3,3
Gestão imobiliária	Contagem	12	7	19
	Proporção por coluna (%)	5,3	6,5	5,7
Gestão pública	Contagem	10	14	24
	Proporção por coluna (%)	4,4	13,0	7,2
Gestão de turismo	Contagem	16	3	19
	Proporção por coluna (%)	7,1	2,8	5,7
Gestão e empreendedorismo	Contagem	18	12	30
	Proporção por coluna (%)	8,0	11,1	9,0
Licenciatura em artes	Contagem	13	5	18
	Proporção por coluna (%)	5,8	4,6	5,4
Licenciatura em ciências	Contagem	18	13	31
	Proporção por coluna (%)	8,0	12,0	9,3
Licenciatura em linguagem e comunicação	Contagem	5	2	7
	Proporção por coluna (%)	2,2	1,9	2,1

(Continua)

10. Disponível em: <<https://bit.ly/3BgrN4T>>.

11.O fluxo do questionário *on-line* está disponível em <<https://goo.gl/K2HW28>>. As perguntas e alternativas do questionário *on-line* estão disponíveis em: <<https://goo.gl/fV19wA>>.

(Continuação)

Curso	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Orientação comunitária	Contagem	0	1
	Proporção por coluna (%)	0,0	0,9
Saúde coletiva	Contagem	9	13
	Proporção por coluna (%)	4,0	3,7
Serviço social	Contagem	58	65
	Proporção por coluna (%)	25,7	6,5
Total	Contagem	226	108
	Proporção por coluna (%)	100	100

Elaboração dos autores.

Considerando a amostra da tabela 3, 226 respondentes (67,7%) são do sexo feminino e 108 (32,3%) do sexo masculino; a idade média é 32,6, $\pm 9,0$ anos (22 | 67 anos); a predominância da pertença étnico-racial é de brancos (224; 67,1%), seguida de pardos (79; 23,7%) e pretos (22; 6,6%); sobre a situação conjugal, os dois grandes grupos são: casados (118; 35,3%) e solteiros (134; 40,1%).

Segundo as análises de Ristoff (2016), um dos indicadores de democratização efetiva do acesso à educação superior refere-se à origem escolar do(a) estudante. Os investimentos na educação superior e a implantação das ações afirmativas têm possibilitado um maior acesso à população egressa dos ensinos fundamental e médio, públicos. Tem-se que 215 (64,4 %) dos(as) respondentes são oriundos do ensino público.

TABELA 4
Escolaridade progressa nos ensinos fundamental e médio dos respondentes

Alternativa	Contagem	%
Em escolas comunitárias/Campanha Nacional de <i>Escolas</i> da Comunidade (CNEC) ou outro	2	0,6
Integralmente em escola particular	34	10,2
Integralmente em escola pública	215	64,4
Maior parte em escola particular	25	7,5
Maior parte em escola pública	58	17,4
Total	334	100

Elaboração dos autores.

Quanto à escolaridade dos genitores, observa-se uma grande diferenciação, demonstrando uma mobilidade intergeracional educacional (Mahlmeister *et al.*, 2017) dos(as) respondentes, principalmente em relação aos pais, haja vista que 93 (27,8%) têm o ensino fundamental incompleto, 80 (24,0%)

têm o ensino médio completo e 32 (9,6%) têm apenas o ensino fundamental completo, ou seja, 226 (67,7%) dos pais têm o ensino médio completo e 52 (15,6%) têm ensino superior completo ou pós-graduação. As mães empatam nos anos de escolaridade, pois 224 (67,1%) das mães cursaram até o ensino médio, mas ganham na escolaridade do ensino superior, sendo que 71 (21,3%) possuem nível superior ou são pós-graduadas. Há que se destacar que 232 (69,5%) dos(as) respondentes têm pais que cursaram até o ensino médio ou não souberam informar, 130 (38,9%) afirmaram que são os primeiros da família a cursarem o ensino superior. Esse indicador é de extrema importância para a análise da mobilidade social ascendente, bem como na redução da desigualdade social baseada nos anos de escolaridade (Jardim, 2017).

No que se refere ao local de moradia dos(as) respondentes, antes de ingressarem na UFPR Litoral e, no momento da pesquisa, 66,2% (221) responderam que residiam em um dos sete municípios do litoral do Paraná e 63,8% (213) permanecem na região. Esse dado ganha destaque, considerando que o Setor Litoral foi criado com a intencionalidade de contribuir para o desenvolvimento da região. O fato de um número expressivo de moradores acessarem a educação superior e permanecerem na região após a diplomação é uma possibilidade de, por meio da formação, aprimorar a participação social, política, cidadã e laboral. A fixação dos(as) egressas na região contempla ainda uma das estratégias do processo de interiorização e expansão do ensino superior, qual seja “a possibilidade de um crescimento menos concentrado no território, menos metropolitano, mais interiorizado, criador de oportunidades para além das capitais estaduais e suas regiões metropolitanas que são, também, as áreas mais adensadas populacionalmente” (Ipea e Brasil, 2019).

Reitera-se a premência de uma vigilância epistemológica, na perspectiva de se refutar correlações aligeiradas, mecânicas e simplistas na conexão entre educação superior e trabalho ou universidade e mercado. Nessa perspectiva, enaltece-se o pressuposto da função social da universidade e da compreensão de que a inserção profissional é interceptada por determinações econômicas, culturais, políticas, educacionais, pessoais, geracionais, regionais, ou seja, é um processo socialmente e historicamente construído.

A inserção profissional compreende um fenômeno complexo e multidimensional que se remete às noções fluídas e polissêmicas, temporalmente situadas e socialmente construídas (...). Um *corpus* de conhecimento teórico e empírico consolidado, proveniente de investigação sociológica recente nacional e internacional confirma que a maioria dos percursos profissionais dos jovens diplomados do ensino superior se caracteriza pela incerteza, descontinuidade e menor correspondência do diploma ao emprego. Paradoxalmente, enfatiza-se a ideia de que a posse de um diploma do ensino superior já não garante, como outrora, um vínculo estável, embora se afigure atualmente como condição necessária para o acesso e/ou manutenção do emprego num mercado laboral incerto e seletivo (Marques e Alves, 2010, p. 169).

A processualidade da inserção profissional pode ser compreendida não apenas pela obtenção de um emprego e de uma situação profissional e contratual estável, mas também constituída e influenciada por uma série de outros elementos, como as características sociais, políticas e econômicas da região, as demandas do mercado de trabalho, as iniciativas de articulação das políticas de educação, juventude e trabalho, bem como as IES com finalidades e modos de funcionamento que as distinguem, a trajetória educacional dos jovens, as experiências laborais, as habilidades desenvolvidas, a acessibilidade de familiares à escolaridade e renda e as oportunidades de formação complementar acessada pelo(a) estudante universitário(a), como estágios, projetos de pesquisa, de monitoria, de iniciação à docência, entre outras.

Questionamos os(as) egressos(as) sobre o tempo que decorreu entre a diplomação e a obtenção do primeiro trabalho na área de formação, tivemos as seguintes respostas: 127 (38%) acessaram um trabalho na área de formação no primeiro ano após a conclusão do curso, 30 (9%) precisaram de mais de um ano, 21 (6%) já trabalhavam na área e 156 (47%) até o momento da pesquisa não haviam acessado trabalho na área de formação. Os(as) respondentes nos informaram também sobre as suas respectivas condições de trabalho no momento da pesquisa (fevereiro de 2019), sendo que 161 (48,5%) estavam trabalhando na área de formação, 78 (23,3%) estavam inseridos em outra área, 76 (22,7%) estavam desempregados(as), 17 (5%) estavam dedicando-se aos estudos (residência, mestrado e doutorado) e 2 (0,5%) estão aposentados.

Os dados expressam as características que têm demarcado o mundo do trabalho na contemporaneidade, ou seja, rotatividade, flexibilidade, instabilidade, segmentação e desemprego. D'Avila (2014) reitera essa constatação ao afirmar que os jovens profissionais experienciam as contradições engendradas no processo histórico de construção cultural da coletividade e dos processos de trabalho. Os vínculos laborais estão marcados pela precariedade e provisoriedade; e a sociedade marcada pela rapidez e efemeridade.

No total, 172 respondentes (51,5%) acessaram alguma outra formação (pós-graduação ou outra graduação), sendo que 121 (70,3%) buscaram pelo menos uma especialização e 54 (31,4%) pelo menos uma *stricto sensu*. Ao serem questionados(as) sobre as razões que mais influenciaram a decisão de dar continuidade aos estudos, 67,4% dos respondentes afirmaram que buscaram a pós-graduação para dar continuidade aos estudos, pois sentiram a necessidade de aprofundar os conhecimentos para desempenhar melhor a profissão (62,2%). Para 35%, essa era uma exigência para progredir na carreira, 17% continuaram os estudos como uma alternativa ao desemprego e 15% o fizeram buscando uma condição para encontrar trabalho bem remunerado.

Os dados reafirmam a correlação entre o prolongamento dos estudos e a condição de trabalhadores e trabalhadoras, na medida em quem os(as) respondentes identificam na formação continuada a possibilidade de progredir na carreira, acessar trabalho compatível com a formação, bem como uma estratégia ao desemprego.

Estudos de Mattos e Bianchetti (2011) e Mattos e Sandrin (2015) vão ao encontro desse debate, ao apontarem para a tendência cada vez mais exacerbada e em escala mundial do alongamento da escolaridade no nível da pós-graduação como possibilidade de potencializar as chances de uma melhor inserção no mercado de trabalho e, até mesmo, evitar uma situação de inatividade ou desemprego.

O prolongamento dos percursos formativos tem sido um mecanismo de enfrentamento, adotado pelos jovens, frente à incerteza quanto ao valor do diploma, promovendo a permanência do sujeito na universidade e caracterizando-se como uma estratégia para melhor colocação no mercado. Prandi (1982) relaciona esse processo à teoria da escola *Parking*, segunda a qual a universidade desempenha uma função de manter por mais tempo a população jovem afastada do escasso mercado de trabalho, retardando a entrada desses na vida ativa.

Os dados reiteram que o processo de inserção profissional é interceptado por uma série de outros fatores sociais, políticos, regionais e do mundo do trabalho, por exemplo, a regressão dos direitos trabalhistas, a flexibilização dos contratos e a rotatividade nos cargos. A busca por manter uma vinculação da universidade com os egressos, por meio da pesquisa, tem possibilitado a construção de indicadores de análise dos cursos e do próprio setor, bem como evidenciado as demandas para futuras ações.

Esse processo torna-se cada vez mais complexo diante dos retrocessos vividos no Brasil frente aos direitos trabalhistas, com a lei de terceirização, a reforma trabalhista e a previdenciária em curso, bem como todas as ameaças à política de educação (redução de investimento nas universidades, diminuição dos recursos para pesquisa científica, privatização das IES, perda da estabilidade dos(as) servidores(as), diminuição do orçamento para a assistência estudantil, entre outros). Esse processo tem demandado de toda a classe trabalhadora estratégias de resistência e luta pela manutenção dos direitos historicamente conquistados.

Os(as) egressos(as) participantes da pesquisa corroboram com a importância da chegada da universidade na região, apesar da estratificação vertical e horizontal já apontada na discussão sobre os ingressantes. Os estudos, as pesquisas e as ações extensionistas voltadas para a região têm contribuído para uma maior articulação política, formação educativa, produção de bens e serviços, gerando um capital cultural, político, econômico e social. Na perspectiva de exemplificarmos esses aportes, sistematizamos algumas frentes de atuação da universidade que demonstram sua capilaridade e vinculação com as demandas, especificidades e vicissitudes da região litorânea.

5 DIFERENCIADAS FRENTE DE ATUAÇÃO DA UFPR SETOR LITORAL

A UFPR Litoral, como afirmado anteriormente, nasce com uma forte vinculação à região, sendo que, nos seus quatorze anos de existência, a universidade tem reafirmado essa posição, na medida em que os sujeitos, que lhe dão vida e movimento, têm desenvolvido uma série de projetos, tendo como ponto de partida as especificidades de cada território que constitui o litoral do Paraná.

A importância do território, em suas multidimensões, reside em considerá-lo, em sua essência, como o chão concreto das políticas, raiz dos números e a realidade da vida coletiva, que representa de forma proativa a base do exercício da cidadania, a qual fundamenta as relações sociais de vizinhança, de poder, visto que esse território também é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social, em que as desigualdades sociais se evidenciam (Koga, 2011).

Sem a pretensão de demonstrarmos todas as ações, elencamos algumas das iniciativas, tendo como referência a tríade indissociável ensino-pesquisa-extensão, princípio que sustenta a universidade e dá significado a ela.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no sentido que originou sua inserção na Constituição Federal, significa uma proposição filosófica, política, pedagógica e metodológica para a formação e o conhecimento desenvolvidos na e pela universidade. E justamente pela amplitude e profundidade desta proposição, é que se configura o desafio de implementação, institucional e coletiva deste princípio nas normas e nas práticas desenvolvidas na universidade (Gonçalves, 2016, p. 59).

Nessa perspectiva, faz-se necessário salientarmos que, no momento, estão em desenvolvimento no Setor Litoral, além dos cursos de graduação, duas especializações *lato sensu* – intituladas *Questão social na perspectiva interdisciplinar* e *Alternativas para uma nova educação* – e duas pós-graduações *stricto sensu* – mestrado profissional em *Ensino de ciências ambientais* e mestrado em *Desenvolvimento territorial sustentável* –, todas gratuitas. Compõem o quadro de pessoal do Setor Litoral 121 servidores docentes, 103 servidores técnicos e 1.621 estudantes.

5.1 Ensino: estágios, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), programa que congrega projetos dos diversos cursos de licenciatura da UFPR, projetos de aprendizagem do Setor Litoral e cursos de pós-graduação

Um dos eixos curriculares presente no PPP do Setor Litoral e nos projetos pedagógicos de todos os cursos de graduação refere-se à construção de projetos de aprendizagem. Os projetos de aprendizagem desenvolvem-se mediante a articulação de ensino, pesquisa e extensão, enfatizando o protagonismo discente em seu desenvolvimento profissional e pessoal. Cada estudante constrói seu projeto de aprendizagem, ao longo de todos os semestres, com carga horária para tal e sob a mediação de um docente. Os projetos de aprendizagem objetivam que o discente

construa seu processo de conhecimento e alie o aporte teórico-metodológico e científico à preparação para o exercício profissional, desenvolvendo habilidades de auto-organização e produtividade (UFPR Litoral, 2008).

À medida que os(as) estudantes exercitam a autoria, esses(as) são motivados(as) a valorizarem a experiência vivenciada nas trajetórias pessoais, tendo o desenvolvimento da pesquisa como princípio da aprendizagem e da construção do conhecimento. O diálogo e a análise crítica da realidade de origem, articulados à realidade global, possibilitam a construção de uma postura proativa e comprometida com a busca de mudanças sustentáveis (Fagundes, 2009).

Para Masetto, esse processo se expressa na

capacidade do aprendiz de refletir sobre sua própria experiência de aprender, identificar os procedimentos necessários para aprender, suas melhores opções, suas potencialidades e suas limitações, e, então, a partir daí, desenvolver o próprio processo e a própria aprendizagem, no ritmo próprio, de forma contínua, sempre explorando as próprias competências (Masetto, 2001, p. 89).

Os projetos de aprendizagem já foram objeto de estudo de Alencastro (2009), Hamermüller (2011) e Oliveira (2015). Nesses estudos, os autores(as) destacam a potencialidade do desenvolvimento da capacidade investigativa e propositiva dos(as) estudantes, a qual se efetiva por meio da mediação docente, e tem como parâmetro uma formação comprometida com a valorização da cultura, o enfrentamento dos problemas locais, a tessitura de parcerias, a articulação com os movimentos sociais e a construção de uma postura proativa frente aos inúmeros desafios da contemporaneidade.

Concomitante ao desenvolvimento dos projetos de aprendizagem, estudantes das seis licenciaturas (artes, ciências, linguagem e comunicação, educação física, geografia e educação do campo) têm desenvolvido estágios curriculares obrigatórios nas escolas públicas de ensinos fundamental e médio da região.

O estágio congrega todo um conjunto de ligações e rupturas que priorizam ou relegam, aproximam ou afastam, fortalecem ou enfraquecem as relações entre o mundo acadêmico e profissional, entre os cursos e os campos de estágio, configurando especificidades na participação dos atores-sujeitos do/no processo, com rebatimento na formação e no exercício profissional (Silva e Reis, 2016, p. 348).

A realização dos estágios caracteriza-se como uma das portas de entrada da universidade nas escolas públicas da região, corroborando com uma das premissas do PPP que se refere à articulação com os outros níveis de ensino, na perspectiva do fortalecimento, da valorização e da defesa da educação pública, enquanto um direito social. Outra frente nessa mesma perspectiva é o Pibid, que tem como meta a melhoria na qualidade da formação de professores da educação básica. Esse programa teve início em 2010, porém, desde 2009, um grupo de professores se reuniu para

analisar o edital da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e propor um projeto institucional (Aires, Zimer e Lorenzetti, 2016).

No Setor Litoral, o Pibid iniciou em duas áreas: artes e ciências. Na licenciatura em artes, as atividades compreendem “a experimentação, produção, fruição, reflexão e difusão das diferentes formas de expressão artísticas (...). Artes visuais, música e literatura (...). O trabalho culmina com a apresentação dos resultados à comunidade em forma de mostra, exposição, espetáculo, coral, peça teatral, entre outras possibilidades” (Aires, Zimer e Lorenzetti, 2016, p. 16).

Na licenciatura em ciências, o projeto iniciou com duas linhas de ação: clube de ciências e educação ambiental, por intermédio de

experimentos, materiais e modelos didáticos de baixo custo, atividades de investigação experimental (...) conceitos ambientais, da fauna e flora, que, à medida que vão sendo apresentados ao aluno, devem integrar-se, permitindo a formação de conhecimento sólido e embasado no campo das ciências (biologia, física e química) (...). As experiências lúdicas investigativas servem como ferramentas para a construção de saber a partir do contexto no qual os estudantes estão inseridos. Diante disto, são oferecidas e elaboradas, em conjunto com os professores supervisores, aulas experimentais, aulas com filmes educativos, gincanas, jogos, teatro, visitas técnicas, palestras e oficinas (Silva e Reis, 2016, p. 198-202).

No edital da Capes de 2013, proposto para o Pibid, a UFPR permaneceu contemplada, sendo que o Setor Litoral desenvolveu o programa nas áreas de artes, ciências e linguagem e comunicação. Da mesma forma ocorreu no último edital de 2018, nesse o Setor Litoral passou a desenvolver ações nas áreas de educação física, ciências, educação do campo, artes e geografia.

O Pibid tem possibilitado a formação de professores com sensibilidade e capacidade de executar projetos inovadores, interdisciplinares e multiculturais no ambiente escolar, tem apoiado ações voltadas para a criação e diversificação de materiais e metodologias de aprendizagem, visando à otimização das práticas pedagógicas, como também a formação cidadã e humanística da comunidade escolar.

Considerando os três editais, o Pibid já atingiu uma média de setecentos estudantes de graduação, vinte professores supervisores, dezesseis docentes e dez escolas em três municípios do Litoral do Paraná (Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá).

5.2 Contribuições a partir de pesquisas dos servidores da UFPR Litoral

Os integrantes da comunidade interna da UFPR Litoral, estudantes, servidores das duas carreiras (técnico-administrativos e docentes), a partir do desenvolvimento de seus estudos/pesquisas, também tiveram contribuição direta em *prol* dos avanços da região, como poderemos confirmar a partir dos quadros 1 e 2.

QUADRO 1
Temáticas pesquisadas por servidores docentes da UFPR Litoral

Tema	Produção
Cultura	HARDER, E.; CASTRO F. A. E. Envelhecer na invisibilidade: tempo e narrativa na ponta oeste da Ilha do Mel, Paraná, Brasil. <i>Illuminuras</i> , v. 16, n. 40, 29 dez. 2015. Disponível em: < https://bit.ly/3D19FOH >. Acesso em: 25 out. 2021.
	MUNIZ, J. C.; SILVA, L. E. Mais que isso eu não posso falar: notas sobre benzeduras e partearagens caiçara em Guaqueçaba/PR. <i>Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde</i> , v. 12, n. 23, p. 31-43, 16 dez. 2016. Disponível em: < https://bit.ly/31P3MPL >. Acesso em: 25 out. 2021.
	CORREIA, W. M. de M.; HARDER, E. <i>Educação patrimonial: reconhecimento do patrimônio histórico e cultural da cidade de Paranaguá para uma ação educativa</i> . 2017. 30 p. Monografia (Graduação) – UFPR Setor Litoral, Matinhos. Disponível em: < https://bit.ly/3EYb9JI >. Acesso em: 25 out. 2021.
	PENHA, A. E. <i>et al.</i> Memória, história e emancipação política de Pontal do Paraná. <i>Revista NEP</i> , v. 5, n. 1, p. 78, 28 jun. 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3wudjgS >. Acesso em: 25 out. 2021.
	ESTEVES, N. D. S.; HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. A experiência da Romaria do Divino Espírito Santo: promoção de saúde na comunidade litorânea da Barra do Ararapira/PR. <i>Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares</i> , v. 5, p. 21, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/30b3BnS >. Acesso em: 27 out. 2021.
	ESTEVES, N. D. S.; HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. Práticas tradicionais de cura na comunidade rural Rio Verde em Guaqueçaba/PR. <i>Divers@I Revista Eletrônica Interdisciplinar</i> , v. 10, n. 2, p. 69-78, 31 dez. 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3ob0lAX >. Acesso em: 25 out. 2021.
Geração de trabalho e renda (desenvolvimento)	DENARDIN, V. F. <i>et al.</i> Farinha de mandioca no litoral paranaense: um produto com potencial agroecológico. <i>Revista Brasileira de Agroecologia</i> , v. 4, n. 2, dez. 2009. Disponível em: < https://bit.ly/3oaTHLC >. Acesso em: 26 out. 2021.
	KOMARCHESKI, R.; SIBUYA, N.; DENARDIN, V. F. O associativismo em Guaqueçaba/PR como mecanismo de desenvolvimento rural sustentável. <i>Cadernos Agroecológicos</i> , v. 9, p. 1-5, 2014. Disponível em: < https://bit.ly/3EVI5x >. Acesso em: 26 out. 2021.
	QUADROS, J.; SANTOS, P. A. (Org.). <i>Diálogos interdisciplinares em desenvolvimento territorial sustentável: políticas, ecologias e saberes</i> . 1. ed. Matinhos: UFPR Litoral, 2015. v. 1. 543p.
	TIEPOLO, L. M.; DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica. <i>Revista Brasileira de Pós-Graduação</i> , v. 13, n. 32, 10 mar. 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3BYlQs >. Acesso em: 26 out. 2021.
	NOGUES, D. C.; TIEPOLO, L. M. A arte do caracol: uma breve história de uma técnica de pesca artesanal na comunidade de Barrancos, litoral sul do Paraná. In: SULZBACH, M. T.; ARCHANJO, D. R.; QUADROS, J. (Org.). <i>Litoral do Paraná: território e perspectivas – dimensões de desenvolvimento</i> . 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018, v. 3. Disponível em: < https://bit.ly/3kighQl >. Acesso em: 26 out. 2021.
	BETTI, P.; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaqueçaba/PR. <i>Caderno virtual de turismo</i> , v. 19, p. 606-621, 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3wt9poC >. Acesso em: 25 out. 2021.
	NASCIMENTO, E. C. do; DENARDIN, V. F. Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel – litoral do Paraná. <i>Desenvolvimento e meio ambiente</i> , v. 40, p. 421-437, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3bRTpTG >. Acesso em 25 out. 2021.
	MUNIZ, J. C.; DENARDIN, V. F. Perspectivas de ecodesenvolvimento: o caso de Guaqueçaba/PR. <i>Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional</i> , v. 4, p. 227-246, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/3kmlgz0 >. Acesso em: 26 out. 2021.
	DENARDIN, V. F. Sustentabilidade de alternativa de produção desenvolvida por agricultores familiares em unidades de conservação no litoral do Paraná. <i>Revista Guaju</i> , v. 1, n. 1, p. 27, 30 jun. 2015. Disponível em: < https://bit.ly/3BZQzGl >. Acesso em: 26 out. 2021.

(Continua)

(Continuação)

Tema	Produção
Geração de trabalho e renda (desenvolvimento)	ZANETTI, R. <i>et al.</i> Alternativas para a agricultura familiar no litoral paranaense: o caso das casas de farinha. <i>Revista de Extensão e Estudos Rurais</i> , v. 1, p. 275-295, 2011. Disponível em: < https://bit.ly/3odBRXR >. Acesso em: 25 out. 2021.
	DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. <i>Redes</i> , v. 13, p. 184-198, 2008. Disponível em: < https://bit.ly/3vwxQBI >. Acesso em: 26 out. 2021.
	NASCIMENTO, E. C.; DENARDIN, V. F. Reciprocidade na pesca coletiva. <i>In: MURATA, A. T. (Org.). Desenvolvimento territorial sustentável: pesquisas e desenvolvimento para o litoral paranaense</i> . 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2016. v. 1, p. 52-73.
	SULZBACH, M. T.; DENARDIN, V. F. A institucionalização da pobreza em Guaraqueçaba, Paraná: observações a partir do abandono dos jovens do local. <i>In: REIS, R. A. et al. (Org.). Litoral do Paraná: território e perspectivas</i> . 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2016, v. 2. Disponível em: < https://bit.ly/3bTfoVp >.
	DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T.; KOMARCHESCKI, R. Farinhas no litoral do Paraná: uma análise a partir da noção de sistema agroalimentar localizado, Sial Farinhas. <i>In: DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R. (Org.). Farinhas do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca</i> . 1. ed. Matinhos: UFPR Litoral, 2015, v. 1.
	KOMARCHESCKI, R.; DENARDIN, V. F. A produção de farinha de mandioca em Guaraqueçaba/PR: entre sustentabilidade, interações e conflitos socioambientais. <i>In: DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R. (Org.). Farinhas do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca</i> . 1. ed. Matinhos: UFPR Litoral, 2015, v. 1, p. 273-297.
	MARIANO, T. W. <i>et al.</i> Programa Farinhas no Litoral do Paraná: trabalhando o ecodesenvolvimento na comunidade do Riozinho – Guaratuba/PR. <i>In: NEVES, L. S. (Org.). Anais do 6ª seminário sobre sustentabilidade: artigos selecionados</i> . 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.
	DENARDIN, V. F. <i>et al.</i> Agroindústria familiar no litoral paranaense: o caso das casas de farinha. <i>In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. de S.; QUADROS, D. A. de. (Org.). Litoral do Paraná: reflexões e interações</i> . 1. ed. Matinhos: UFPR Litoral, 2011.
	DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. <i>In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Org.). Geografia agrária, território e desenvolvimento</i> . São Paulo: Expressão Popular, 2010.
	BORSATTO, R. S. <i>et al.</i> Problemas agrários no litoral paranaense. <i>Scientia Agraria</i> , v. 8, p. 421-430, 2007. Disponível em: < https://bit.ly/3EYCY1 >. Acesso em: 26 out. 2021.
	QUADROS, D. A. de; FAGUNDES, M. C. V.; ALANO, E. R. C. Transformando a realidade: o projeto de aprendizado e a interação local. 1. ed. Curitiba: UFPR Litoral, 2010.
	ABRÃO, C. S. <i>et al.</i> Ações empreendedoras no meio rural: a comunidade pantanal do assentamento Nhundiaquara no litoral paranaense. <i>In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. S.; QUADROS, D. A. de (Org.). Litoral do paraná: reflexões e interações</i> . 1. ed. Curitiba: UFPR, 2011, v. 1, p. 184-197.
	DA SILVA, L. E. <i>et al.</i> Produção de banana no litoral do Paraná: reflexões acerca do papel social da universidade no contexto do desenvolvimento rural na região. <i>Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar</i> , v. 10, n. 1, p. 41, 30 jun. 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3ohuWJ >. Acesso em: 25 out. 2021.
WANZINACK, C.; SIGNORELLI, M. C. Expansão do ensino superior federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense. <i>Revista Gestão Universitária na América Latina (Gual)</i> , v. 7, p. 286-307, 2014. Disponível em: < https://bit.ly/3n1G3e5 >. Acesso em: 26 out. 2021.	
COMIN, M. <i>et al.</i> Caracterização biométrica e rendimento do filé e resíduos de pescados provenientes da pesca artesanal no município de Matinhos/PR. <i>Cadernos de Agroecologia</i> , v. 10, p. 1-5, 2015. Disponível em: < https://bit.ly/3D2NmYi >. Acesso em: 26 out. 2021.	

(Continua)

(Continuação)

Tema	Produção
Geração de trabalho e renda (desenvolvimento)	COSTA, N. C. <i>et al.</i> Perspectivas da pesca artesanal e sua caracterização no município de Matinhos/PR. <i>Cadernos de Agroecologia</i> , v. 10, n. 3, p. 1-6, 2015. Disponível em: < https://bit.ly/3H8imsw >. Acesso em: 26 out. 2021.
	DAHMER, G. W.; ROCHA, M. R.; BICA, G. S. Matifeira: interação de educandos em agroecologia com agricultores familiares do litoral paranaense em um ambiente de relações econômicas e sociais da comunidade de Matinhos/PR. <i>Cadernos de Agroecologia</i> , v. 6, n. 1, p. 1-6, 2011. Disponível em: < https://bit.ly/3wzsjtZ >. Acesso em: 25 out. 2021.
	SALMON, L. P. G. <i>et al.</i> A formação de um coletivo de trabalho agroflorestal: o caso do grupo Graha Azul, em Morretes/PR. <i>Cadernos de Agroecologia</i> , v. 8, n. 2, p. 1, 2014. Disponível em: < https://bit.ly/3qn186a >. Acesso em: 26 out. 2021.
	TAVARES, A. K. <i>et al.</i> Identificação e descrição de classes etnopedológicas de terras e atributos com familiares de Antonina e Morretes/PR. <i>Extensão Rural</i> , v. 23, n. 3, p. 86-102, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/304qjhe >. Acesso em: 26 out. 2021.
	FERREIRA, M. R.; HOELLER, S. C.; QUADROS, A. D. de. Representações sobre a confiança a partir da percepção das famílias da comunidade rural de São Joãozinho em Guaratuba/PR. <i>Divers@1 Revista Eletrônica Interdisciplinar</i> , Matinhos, v. 4, n. 1, p. 65-79, 2011. Disponível em: < https://bit.ly/2YAN3oQ >. Acesso em: 26 out. 2021.
	HOELLER, S. C.; QUADROS, D. A. de; BICA, G. S. Representação social da agroecologia para estudantes do ensino médio integrado da UFPR Litoral. <i>Revista Brasileira de Agroecologia</i> , v. 4, n. 1, p. 2274-2277, 2009. Disponível em: < https://bit.ly/3qn1wSa >. Acesso em: 27 out. 2021.
	HOELLER, S. C.; FAGUNDES, M. M.; DAHMER, G. W. Organizando as comunidades do campo em Morretes, Paraná, na busca por uma educação do campo. <i>Cadernos de Agroecologia</i> , v. 7, n. 2, 2012. Disponível em: < https://bit.ly/3D0jFXL >. Acesso em: 26 out. 2021.
	KASHIWAGI, H. M. A resignificação das representações e imagens da paisagem natural na diversidade social e cultural das comunidades litorâneas do Paraná: subsídios ao desenvolvimento urbano sustentável. <i>Revista Geografar</i> , v. 2, p. 33, 2007. Disponível em: < https://bit.ly/3khE08E >. Acesso em: 26 out. 2021.
	KASHIWAGI, H. M.; KOZEL, S. A resignificação da paisagem litorânea do Paraná: imagens de um passado presente nas memórias das comunidades caiçaras de Guaraqueçaba/PR. <i>Revista Geografar</i> , p. 1-4, 2009. Disponível em: < https://bit.ly/3EXjT2A >. Acesso em: 26 out. 2021.
	HOROCHOVSKI, R. R. <i>et al.</i> Bacharelado em gestão pública da UFPR: uma contribuição ao desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná. <i>Temas de Administração Pública</i> , v. 3, n. 6, p. 1-22, 2012. Disponível em: < https://bit.ly/3EXdl44 >. Acesso em: 26 out. 2021.
	SILVA, LE <i>et al.</i> Desenvolvimento territorial sustentável pela perspectiva da pesca artesanal: a realidade da ponta oeste da Ilha do Mel, Paraná, Brasil. <i>Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local</i> , v. 20, n. 4, p. 1195-1215, 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3D310ur >. Acesso em: 27 out. 2021.
	MENEZES, E. C. de O.; ZUZA, M. R.; ARCHANJO, D. Participação e <i>accountability</i> social: estudo a partir da experiência de dois observatórios sociais do litoral do Paraná. <i>Revista Política e Planejamento Regional</i> , v. 5, n. 1, p. 101-124, 2018. Disponível em: < https://bit.ly/309utVe >. Acesso em: 27 out. 2021.
SULZBACH, M. T.; DENARDIN, V. F.; FELISBINO, J. N. O trabalho em pequenos municípios praianos do litoral do Paraná. <i>Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia</i> , v. 1, p. 101-132, 2012. Disponível em: < https://bit.ly/3F4meZN >. Acesso em: 27 out. 2021.	

(Continua)

(Continuação)

Tema	Produção
Geração de trabalho e renda (desenvolvimento)	SULZBACH, M. T.; JOUCOSKI, E.; ASSUMPÇÃO, F. S. <i>Dez anos de pesquisa de iniciação científica no Setor Litoral da UFPR para o desenvolvimento do litoral do Paraná</i> . 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2018.
	HOROCHOVSKI, R. R. et al. Redes de financiamento eleitoral nas eleições de 2008 no litoral do Paraná. <i>Paraná Eleitoral</i> , v. 3, p. 103-131, 2014. Disponível em: < https://bit.ly/3H91XUq >. Acesso em: 27 out. 2021.
Educação	BRIZOLLA, F.; SILVA, L. M.; FAGUNDES, M. C. V. Ousadia emancipatória no ensino superior: relato de uma experiência didática no campus Litoral da Universidade Federal do Paraná. <i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP</i> , v. 91, n. 229, p. 584-603, 2010. Disponível em: < https://bit.ly/3ERTXdw >. Acesso em: 27 out. 2021.
	SILVA, L. M.; BRIZOLLA, F.; SILVA, L. E. Projeto pedagógico do curso de licenciatura em ciências da UFPR Litoral: desafios e possibilidades para uma formação emancipatória. <i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i> , Brasília, v. 94, n. 237, p. 524-541, 2013. Disponível em: < https://bit.ly/3F1pCV7 >. Acesso em: 27 out. 2021.
	DA SILVA, L. E.; OLIVEIRA, A. L. de. Aproximações sobre o papel da universidade pública na contemporaneidade: o projeto político-pedagógico da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral. <i>Cadernos de Cultura e Ciência</i> , v. 14, n. 1, p. 157-173, 30 set. 2015. Disponível em: < https://bit.ly/3www0xi6 >. Acesso em: 27 out. 2021.
	OLIVEIRA, A. L. de; SILVA, L. E. da; ESTEVES, L. A. O papel social da universidade e o desenvolvimento regional a partir da análise da atuação da UFPR no litoral paranaense. <i>Desenvolvimento e Meio ambiente</i> , v. 41, p. 252-269, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3oaPjMd >. Acesso em: 27 out. 2021.
	SILVA, L. E. da et al. O Labmovel e o Pibid na formação dos estudantes de licenciatura em ciências da UFPR Litoral. <i>Revista Científica Interdisciplinar Interlogos</i> , v. 1, p. 96-110, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3D1uyJ4 >. Acesso em: 27 out. 2021.
	TIEPOLO, L. M. <i>O campo em foco: experiências e contribuições dos programas de educação tutorial desde o semiárido até a fronteira sul</i> . 1. ed. Matinhos: PET Comunidades do Campo, 2018. v. 1. 150p.
	BOCHICCHIO, R.; LESAMA, M. F.; Ferreira, M. R. Conocer y comprender: una experiencia universitaria del dialogo de saberes por medio de proyectos en el litoral de la provincia de Paraná? Brasil. In: CONGRESSO FLORESTAL MUNDIAL, 13., 2009, Buenos Aires. <i>Anais...</i> Buenos Aires, 2009.
	TIEPOLO, L. M. et al. Conexão de saberes: a experiência interdisciplinar do Programa de Educação Tutorial Comunidades do Campo da UFPR. <i>Extensão em foco</i> , v. 1, p. 78-91, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3C16yEo >. Acesso em: 27 out. 2021.
	SULZBACH, M. T.; DENARDIN, V. F. (Org.). <i>A inclusão, a inserção, a interação, a investigação: os in(s) da extensão no Litoral do Paraná</i> . 1. ed. Matinhos: UFPR Litoral, 2013. 180p.
	SILVA, L. E.; OLIVEIRA, A. P.; OLIVEIRA, A. L. Análise da evasão dos estudantes do curso de ciências da UFPR litoral. <i>Brazilian Journal of Development</i> , v. 4, p. 3249-3267, 2018. Disponível em: < https://bit.ly/3ofl0Ut >. Acesso em: 27 out. 2021.
	MUNIZ, J. C.; SILVA, L. E.; OLIVEIRA, A. L. Relato de experiência de uma abordagem interdisciplinar no Colégio Estadual Marclio Dias a partir da vida e obra de William Michaud. <i>Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar</i> , Matinhos, v. 11, p. 39, 2018. Disponível em: < https://bit.ly/3kocuBz >. Acesso em: 27 out. 2021.

(Continua)

(Continuação)

Tema	Produção
Educação	CARVALHO, E.; COVOLAN, N. T.; SIGNORELLI, M. C. A extensão plugando no Instituto Federal do Paraná: relato de oficinas com a comunidade do <i>campus</i> Paranaguá. <i>Revista Científica Interdisciplinar Interlogos</i> , v. 4, p. 1, 2018. Disponível em: < https://bit.ly/3Hh1rWf >. Acesso em: 27 out. 2021.
	WANZINACK, C.; SIGNORELLI, M. C. Projeto interdisciplinar de extensão para inclusão digital de idosos em Matinhos, Paraná. <i>Extensão em Foco</i> , Curitiba, v. 11, p. 1-22, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/3D0sllh >. Acesso em: 27 out. 2021.
	KLOCK, M. C. L. et al. Qualidade de vida acústica em ambientes escolares? Um desafio à educação moderna. <i>Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar</i> , Matinhos, v. 9, p. 14-19, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/3kkB8D4 >. Acesso em: 27 out. 2021
	BICA, G. S.; HOELLER, S. Reflexões sobre o projeto pedagógico do curso de tecnologia em agroecologia da UFPR Litoral. <i>Cadernos de Agroecologia</i> , v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013. Disponível em: < https://bit.ly/3H9NDuU >. Acesso em: 27 out. 2021.
	KASHIWAGI, H. M.; KOZEL, S. Reflexões sobre o projeto político pedagógico da UFPR/Setor Litoral – Brasil e suas interfaces interdisciplinares nas práticas pedagógicas. <i>Revista Didáticas Específicas</i> , v. 2, p. 25-42, 2010. Disponível em: < https://bit.ly/3F1vdLe >. Acesso em: 27 out. 2021.
Políticas públicas	ONOFRE, E. V. et al. O acesso às políticas públicas de saúde, educação e agricultura familiar na zona rural do município de Morretes, Paraná. In: TIEPOLO, L. M. (Org.). <i>O campo em foco: experiências e contribuições dos programas de educação tutorial desde o semiárido até a fronteira sul</i> . 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. v. 1.
	TEMOTEQ, A.; OLIVEIRA, A. L.; CARVALHO, E. R. A atuação do(a) assistente social no IFPR: <i>campus</i> Paranaguá. <i>Revista Científica Interdisciplinar Interlogos</i> , v. 5, p. 1-12, 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3ogwxTw >. Acesso em: 27 out. 2021.
	SOUZA, L. M. R. de; OLIVEIRA, A. L. de. Algumas reflexões frente à atuação do serviço social na política de educação no município de Matinhos/PR. <i>Gestus – Caderno de Administração e Gestão Pública</i> , v. 1, p. 3-17, 1ª jul. 2018. Disponível em: < https://bit.ly/3ww9yaL >. Acesso em: 27 out. 2021.
	OLIVEIRA, A. L.; SILVA, L. E. A categoria inserção profissional: uma análise a partir do relato dos egressos da UFPR Setor Litoral. <i>Trabalho & Educação</i> , v. 26, n. 1, p. 75-84, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3BZXW10 >. Acesso em: 27 out. 2021.
	CUELLAR, K. I. P.; PRATES, J.; SANTANA, R. F. A importância da atuação dos assistentes sociais no combate à evasão escolar nas escolas de ensino fundamental do município de Matinhos. <i>Âmbito Jurídico</i> , v. 1, p. 1-4 e 14, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/3H7d0O3 >. Acesso em: 27 out. 2021.
	SCHNEIDER, D.; PEREIRA, P. P. G.; SIGNORELLI, M. C. Mulheres da segurança pública do litoral do Paraná, Brasil: interseções entre gênero, trabalho, violência(s) e saúde. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , v. 22, p. 3003-3011, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3wwaeNl >. Acesso em: 27 out. 2021.
	MANGO, M. S. M. et al. Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental de Matinhos/PR. <i>Fisioterapia em Movimento</i> , PUCPR Impresso, v. 25, p. 785-794, 2012. Disponível em: < https://bit.ly/3koP0w7 >. Acesso em: 26 out. 2021.
CRUZ, R. C.; LAUTERT, L. F. C.; SIGNORELLI, M. C. Abordagem da fisioterapia na saúde coletiva em comunidade de pescadores do litoral paranaense: um projeto de aprendizagem na proposta da UFPR Setor Litoral. <i>Tempus: Actas de Saúde Coletiva</i> , v. 3, p. 30-41, 2009. Disponível em: < https://bit.ly/3F4QnrT >. Acesso em: 27 out. 2021.	

(Continua)

(Continuação)

Tema	Produção
Políticas públicas	MELO, T. R. <i>et al.</i> A interconsulta favorece resolatividade na atenção primária: relato de caso da equipe de apoio à Estratégia de Saúde da Família em Paranaguá/PR. <i>Espaço para a saúde – Revista de Saúde Pública do Paraná</i> , v. 17, n. 2, p. 152, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/3bXHxiZ >. Acesso em: 27 out. 2021.
	CRUZ, C. S. da; MENEZES, E. C. de O. Estudo sobre a satisfação e as expectativas dos usuários de serviço de saúde de um hospital do município de Matinhos/PR. <i>Gestus – Caderno de Administração e Gestão Pública</i> , v. 2, p. 40-74, 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3CYyvhA >. Acesso em: 27 out. 2021.
	GIORDANI, M. V. G.; OLIVEIRA, A. L.; SILVA, L. E. Violência e cotidiano escolar: percepções a partir da realidade de uma escola pública de Matinhos/PR. <i>Multi-Science Journal</i> , v. 1, n. 12, p. 31-35, 2018. Disponível em: < https://bit.ly/306hwvd >. Acesso em: 27 out. 2021.
	SIGNORELLI, M. C.; AUAD, D.; PEREIRA, P. P. G. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil. <i>Cadernos de Saúde Pública</i> , v. 29, n. 6, p. 1230-1240, jun. 2013. Disponível em: < https://bit.ly/3oiVSMY >. Acesso em: 27 out. 2021.
	SIGNORELLI, M. C. Violência de gênero no litoral do Paraná: desafios e possibilidades. <i>Cadernos de Gênero e Tecnologia (CEFET/PR)</i> , v. 1, p. 11-26, 2011. Disponível em: < https://bit.ly/3mZBd0D >. Acesso em: 26 out. 2021.
Ecologia	GURGATZ, B. M. <i>et al.</i> Atmospheric metal pollutants and environmental injustice: a methodological approach to environmental risk analysis using fuzzy logic and tree bark. <i>Ecological Indicators</i> , v. 71, p. 428-437, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/3wzRFfs >. Acesso em: 27 out. 2021.
	SILVA, L. M.; FARINA, B.; LOURENCO, J. F. G. O ensino de botânica no litoral do Paraná e as implicações da arborização urbana. <i>Revista Brasileira de Arborização Urbana</i> , v. 7, p. 97, 2012. Disponível em: < https://bit.ly/3mZo47Q >. Acesso em: 27 out. 2021.
	SOUZA, F. X. S. <i>et al.</i> As mudanças na paisagem do entorno do canal das marés em Paranaguá: um estudo multidimensional. <i>Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias</i> , v. 4, p. 97-115, 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3wFvDnC >. Acesso em: 27 out. 2021.
	NOERNBERG, M. <i>et al.</i> Base de dados digital do litoral paranaense em Sistema de Informações Geográficas. <i>Nerítica</i> , Curitiba, v. 20, p. 67-82, 1997.
	ANGELOTTI, R.; NOERNBERG, M. A. Análise dos riscos ao banho de mar no município de Pontal do Paraná/PR – Temporada 2003-2004. <i>Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology (Impresso)</i> , v. 14, p. 65-75, 2010. Disponível em: < https://bit.ly/30kUTn8 >. Acesso em: 27 out. 2021.
	NOERNBERG, M. A. <i>et al.</i> Banco de dados sobre praias do estado do Paraná. <i>Boletim Paranaense de Geociências</i> , v. 60, p. 89-96, 2007. Disponível em: < https://bit.ly/3H8gdNr >. Acesso em 27 out. 2021.
	NOERNBERG, M. A. <i>et al.</i> Determinação da sensibilidade do litoral paranaense à contaminação por óleo. <i>Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology (Impresso)</i> , v. 12, p. 49-59, 2008. Disponível em: < https://bit.ly/3oehAS6 >. Acesso em: 27 out. 2021.
	GURGATZ, B. M. <i>et al.</i> Teloschistes flavicans (sw.) Norman como indicador de poluição atmosférica em Paranaguá/PR. <i>Revista brasileira de ciências ambientais</i> , v. 1, n. 44, p. 27-39, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3EWQ9CQ >. Acesso em: 27 out. 2021.
	ANDREOLI, V. M. A dimensão comunitária da escola na prática pedagógica da educação ambiental na Ilha do Mel/PR. <i>Cadernos de pesquisa: pensamento educacional</i> , v. 13, n. Especial, p. 301-317, 2018. Disponível em: < https://bit.ly/3C3m5Uu >. Acesso em 27 out. 2021.
	PADUCH, E.; QUADROS, J. Crimes ambientais contra a fauna: táxons cinegéticos registrados no período 2007-2015 na área de proteção ambiental de Guaratuba, Paraná e seu entorno. <i>Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais</i> , v. 9, p. 1, 2018. Disponível em: < https://bit.ly/3H2osKZ >. Acesso em: 21 out. 2021.
	QUADROS, J. <i>et al.</i> Participação social na criação e implantação de unidades de conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. <i>Sustentabilidade em Debate</i> , v. 6, p. 32-49, 2015. Disponível em: < https://bit.ly/3CedwGB >. Acesso em: 27 out. 2021.

(Continua)

(Continuação)

Tema	Produção
Ecologia	ANTIQUERA, M. S.; ONOFRE, E. V.; TIEPOLO, L. M. Desafios para conservação da Tartaruga Verde (<i>Chelonia mydas</i>) no litoral paranaense. <i>Realização</i> , v. 5, n. 9, p. 14-20, nov. 2018. Disponível em: < https://bit.ly/3wBxdXp >. Acesso em: 26 out. 2021.
	GATTO-ALMEIDA, F. et al. Diversidade, biogeografia, caracterização cariotípica e tricológica dos pequenos mamíferos não voadores do Parque Estadual Rio da Onça, litoral sul do Paraná. <i>Papéis Avulsos de Zoologia</i> , v. 56, p. 69-96, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/3F5siAX >. Acesso em 26 out. 2021.
	TIEPOLO, L. M. A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. <i>Revista Guaju</i> , v. 1, p. 96, 2015. Disponível em: < https://bit.ly/3n9106Z >. Acesso em: 26 out. 2021.
	BONI, J. et al. Aves do Parque Municipal do Tabuleiro, Matinhos, Paraná. <i>Atualidades Ornitológicas</i> , v. 208, p. 10-17, 2019.
	SILVA, A. da et al. Proposição de um indicador para avaliação da sustentabilidade ambiental no campus do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. In: ANDRADE, D. F. (Ed.). <i>Sustentabilidade e responsabilidade social em foco</i> . 1. ed. Belo Horizonte: Poisson, 2018. v. 6. Disponível em: < https://bit.ly/3n1tnE3 >. Acesso em: 26 out. 2021.
	ALMEIDA, D. C. et al. Aprendizados e conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais: um olhar da área de saúde coletiva através do módulo de interação cultural humanística na UFPR Setor Litoral. <i>Revista espaço para a saúde</i> , v. 15, p. 123-123, 2014.
	SILVA, L. E. et al. Conservation of genetic resources: a study with medicinal plants on the coast of Paraná, Brazil. <i>Ambiente & Sociedade</i> , v. 23, p. e02991-e03011, 2020. Disponível em: < https://bit.ly/3c0sxxm >. Acesso em: 26 out. 2021.
	SILVA, L. E. da; QUADROS, D. A. de; MARIA NETO, A. J. Estudo etnobotânico e etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas na região de Matinhos/PR. <i>Ciência e Natura</i> , v. 37, p. 266-276, 2015. Disponível em: < https://bit.ly/307ll2i >. Acesso em: 26 out. 2021.
	ARAÚJO, J. P. et al. Formas tradicionais de uso, manejo e percepção dos recursos vegetais no Litoral do Paraná: etnoconservação florestal da Mata Atlântica. <i>Brazilian Journal of Development</i> , v. 4, p. 886-915, 2018. Disponível em: < https://bit.ly/3bzfZKc >. Acesso em: 26 out. 2021.
MARTINS, D.; SILVA, L. E. da; AMARAL, W. Contaminação do solo por Cu, Cr, Pb E Zn no entorno do porto de Paranaguá, Paraná. <i>Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental</i> , v. 8, p. 265-289, 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3qpkZ2Y >. Acesso em: 26 out. 2021.	
TAVARES, A. K. et al. Identificação e descrição de classes etnopedológicas de terras e atributos com familiares de Antonina e Morretes/PR. <i>Extensão Rural</i> , v. 23, n. 3, p. 86-102, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/309zVrB >. Acesso: 27 out. 2021.	
Turismo	CABRAL, B. L. F.; FLORES, M. H. Da floresta para as águas da Baía de Guaratuba: inovações na extensão da UFPR para uso turístico de canoas caiçaras. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 37., 2019. Florianópolis, Santa Catarina. <i>Anais...</i> Santa Catarina: SEURS, 2019. Disponível: < https://seurs37.ufsc.br/ >. Acesso em: 26 out. 2021.
	KUSHANO, E. S.; FILIPPIM, M. L. ; GANDARA, J. M. G. Turismo no litoral do Paraná: a perspectiva do Guia Brasil Quatro Rodas. <i>Rosa dos Ventos</i> , v. 5, p. 60-76, 2013. Disponível em: < https://bit.ly/3koGc9r >. Acesso em: 26 out. 2021.
	KUSHANO, E. S.; MEIRA, C. M. Práticas de gestão ambiental nos meios de hospedagem de Guaratuba/PR na visão de seus gestores. <i>Revista brasileira de ecoturismo</i> , v. 10, p. 737-751, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3bYWeT0 >. Acesso em: 26 out. 2021.
	OLIVEIRA, L. G. de; KUSHANO, E. S. Turismo e Ilheidade: um olhar para crianças residentes da Vila de Encantadas, na Ilha do Mel (Paranaguá/PR). <i>Revista Cenário</i> , v. 7, n. 12, 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3bZ9als >. Acesso em: 26 out. 2021.
	KUSHANO, E. S.; MEIRA, C. M. Perfil e nível de satisfação de turistas do Programa Turismo Social Sesc no litoral paranaense. <i>Ateliê do turismo</i> , v. 3, n. 2, ago.-dez., 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3D2w11D >. Acesso em: 26 out. 2021.

(Continua)

(Continuação)

Tema	Produção
Turismo	BRAMBATTI, L. E.; ALVES, F. dos S. O turismo de base comunitária e sazonalidade no litoral do Paraná. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL. 1., 2015, Matinhos, Paraná. <i>Anais...</i> Matinhos, 2015. Disponível em: < https://bit.ly/3bXPBAh >. Acesso em: 26 out. 2021.
	ABRAHÃO, C. M. S.; CHEMIN, M.; GÂNDARA, J. M. G. A oferta turística de Paranaguá/PR: uma análise de atrativos e equipamentos de hospedagem. <i>Cultur: Revista de Cultura e Turismo</i> , v. 1, p. 148-169, 2012. Disponível em: < https://bit.ly/31DMpb6 >. Acesso em: 26 out. 2021.
	CHEMIN, M. Espaços de paisagens em cidades turísticas: centros históricos e orlas do litoral do Paraná. <i>Terr@ Plural</i> , v. 7, p. 43-60, 2013. Disponível em: < https://bit.ly/3kkxjxB >. Acesso em: 26 out. 2021.
	CHEMIN, M.; ABRAHÃO, C. M. S. Integração territorial do litoral do estado do Paraná (Brasil): transportes, balnearização e patrimonialização na formação e dinâmica do espaço turístico. <i>RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise</i> , v. 32, p. 212-239, 2014. Disponível em: < https://bit.ly/30k79Et >. Acesso em: 26 out. 2021.
	NUNES, C. L.; CHEMIN, M.; ABRAHÃO, C. M. S. O processo de gestão financeira nas empresas turísticas do Roteiro das Ostras do Cabaraquara (Guaratuba/PR/Brasil). <i>Espacios</i> , v. 38, p. 37, 2017.
	VIKOU, S. V. P.; CHEMIN, M.; ABRAHÃO, C. M. S. Turismo e parques no litoral do Paraná (Brasil): breve estudo sobre o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. <i>Revista de Turismo Contemporâneo</i> , v. 5, p. 61-80, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/306phBl >. Acesso em: 26 out. 2021.
	VIEIRA, R. dos S.; CHEMIN, M. Empreendedorismo informal em balneários marítimos: o caso da atividade comercial turística de vendedores ambulantes de pontal do Paraná. <i>Revista Guaju</i> , v. 5, n. 2, p. 127-143, jul.-dez. 2019. Disponível em: < https://bit.ly/3C3rD1g >. Acesso em: 26 out. 2021.
	ABRAHÃO, C. M. de S. <i>et al.</i> Segundas residências em destinos turísticos litorâneos: um estudo sobre impactos socioeconômicos com atores estratégicos do Balneário de Caiobá – Matinhos, litoral do Paraná. <i>Turydes</i> , v. 12, n. 26, 2019. Disponível em: < https://bit.ly/31Nyfo2 >. Acesso em: 26 out. 2021.
FILIPPIM, M. L.; KUSHANO, E. S.; BAHL, M. Festival de inverno de Antonina (Paraná, Brasil): o evento sob as perspectivas de visitantes e residentes. <i>Revista Hospitalidade</i> , v. IX, n. 2, dez. 2012. Disponível em: < https://bit.ly/3kjAm4 >. Acesso em: 26 out. 2021.	

Elaboração dos autores.

QUADRO 2

Produções dos servidores técnico-administrativos do Setor Litoral da UFPR

Artigo/tese/dissertação
Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão familiar para o turismo da Baía de Guaratuba.
PENAS, T. C. R.; SILVA, B. A. da.; ESCORSIM, S. M. <i>Negras e negros: tá" faltando aqui! Análise do ingresso da população negra no curso de serviço social da UFPR através das políticas de cotas conforme a Lei nº 12.711/2012.</i> In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 23-25 out. 2017. Disponível em: < https://bit.ly/31KvqnH >. Acesso em: 26 out. 2021.
TAVARES, A. K. <i>et al.</i> Identificação e descrição de classes etnopedológicas de terras e atributos com agricultores familiares de Antonina e Morretes/PR. <i>Extensão Rural</i> , v. 23, n. 3, 2016. Disponível em: < https://bit.ly/3D2CWYJ >. Acesso em: 26 out. 2021.
FAZION, F. Elementos para embasar uma proposta de intervenção paisagística na orla de Pontal do Paraná. <i>Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar</i> , v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: < https://bit.ly/3mWuepi >. Acesso em: 26 out. 2021.
DERON, J. R.; DENARDIN, V. F.; ALVES, A. R. A. Governança e desenvolvimento territorial: um estudo do meio rural do litoral paranaense. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., Curitiba, 2018. Disponível em: < https://bit.ly/2Yse4um >. Acesso em: 26 out. 2021.

(Continua)

(Continuação)

Artigo/tese/dissertação
PEREIRA, J. B.; ROHRICH, S. S. Avaliação da aplicação da política nacional de educação ambiental nos cursos de graduação do Setor Litoral da UFPR. In: ENCONTRO PARANANENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 16., 2017, Curitiba, Paraná. <i>Anais...</i> Curitiba, 2017. Disponível em: < https://bit.ly/3F0tcij >. Acesso em: 26 out. 2021.
HOROCHOVSKI, R. R. et al. Bacharelado em gestão pública da UFPR: uma contribuição ao desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná. <i>Temas de Administração Pública</i> , v. 6, p. 1- 22, 2012. Disponível em: < https://bit.ly/3EWZ1Za >. Acesso em: 27 out. 2021.
OLIVEIRA, V. dos S. A mulher indígena na universidade: um estudo de caso sobre as estudantes indígenas da UFPR Setor Litoral. <i>Divers@I Revista Eletrônica Interdisciplinar</i> , v. 7, n. 1, p. 31- 42, 2014. Disponível em: < https://bit.ly/30isZs7 >. Acesso em: 26 out. 2021.

Elaboração dos autores.

Os quadros 1 e 2 exemplificam parte da produção acadêmica do Setor Litoral. Destacamos que as produções demonstram uma consonância com o PPP do Setor Litoral, pois se concentram nas áreas relacionadas ao desenvolvimento nas suas diferentes matizes (social, sustentável, rural, territorial, ecodesenvolvimento), bem como nos estudos afetos à área ambiental, em uma perspectiva preservacionista. Os estudos relacionados às políticas públicas também reiteram o compromisso com o entorno da universidade, com ênfase nas políticas de educação, cultura e turismo.

5.3 Extensão: aporte cultural e político

Como já apontado no início deste capítulo, alguns elementos decorrentes da implantação da UFPR Litoral foram importantes para a promoção de diversas ações internas e externas à comunidade universitária, fato este que contribuiu e contribui com o aporte cultural e político da região.

De acordo com Angelotti (2018, p. 108), “verifica-se que, dentre as pró-reitorias, a de Extensão e Cultura (Proec) é a que menos recebe recursos” comparativamente às Pró-Reitorias de Graduação e de Pesquisa da UFPR, contudo, no que se refere às atividades de extensão, registradas, entre os quinze setores da UFPR, o Setor Litoral se destaca em suas atividades de extensão em um quantitativo de 256, ficando para trás apenas dos setores de saúde e humanas (Angelotti, 2018, p. 110). Entretanto, vale destacar que o mais importante não é o número em si, mas as ações realizadas em *prol* do desenvolvimento da região e na forma em que se dão estas ações, as quais configuram uma imersão na região, que geograficamente é permeada por ilhas, comunidades tradicionais e povos destituídos de política pública que viabilize sua inserção nas ações da universidade, sendo efetivadas assim por meio de cursos, eventos, programas, projetos isolados e projetos vinculados de extensão universitária.

Na pesquisa de Angelotti (2018, p. 176), constam implícitas algumas “das potencialidades encontradas que podem favorecer a sustentabilidade da dimensão social”, tais como: “fortalecimento das entidades coletivas, fortalecimento da participação política e acesso ao atendimento básico de saúde”. A questão do atendimento à saúde é um dificultador para a comunidade litorânea do Paraná,

fato este destacado no estudo de Alano (2008, p. 79) “algumas deficiências que os assentados enfrentam, como a ausência de atendimento médico”, entretanto, apesar da amostra ser do Assentamento Nhundiaquara, no município de Morretes/PR, ela incide na dificuldade que a população vinha enfrentando; contudo, o avanço neste quesito, apresentado por Angelotti (2018), demonstra que uma década após o cenário já se modificou.

Em consonância à dimensão cultural, posta em discussão, Angelotti (2018, p. 177-178) exemplificou sua análise em duas categorias “valorização da cultura local” e “modernização em meio a continuidade”, estas categorias foram analisadas a partir de uma pequena amostra, portanto, não há como generalizar e sim configurar como um resultado seccional de corte transversal das “potencialidades que podem favorecer a sustentabilidade cultural da região.

Além de representar a dimensão cultural, este estudo reflete em muito as questões que incidem sobre o aprendizado dos(as) estudantes, estudantes estes que, ao participarem das ações/atividades extensionistas/culturais, podem ressignificar a sua própria cultura diante da realidade experienciada e/ou vivida em sua participação. Não somente na dimensão cultural aqui demonstrada, mas em todos os espaços que o Setor Litoral propicia aos(às) estudantes que aqui desenvolvem suas trajetórias acadêmicas.

Angelotti (2018), ao analisar as atividades extensionistas do Setor Litoral, identificou 89 projetos no período 2011-2016. Ao examinar a distribuição por linhas de extensão, o autor identificou coerência com a Política Nacional de Extensão Universitária e também com o PPP do Setor Litoral, estando grande parte das atividades de extensão vinculadas às linhas que objetivam os desenvolvimentos regional e rural, as questões ambientais e também as linhas vinculadas à educação básica.

Tendo como premissa os princípios da extensão universitária, que parametriza os projetos, podemos afirmar que a marca extensionista da UFPR Setor Litoral, caracteriza-se em uma das contribuições da chegada da universidade na região. Nesse sentido, recuperamos brevemente os cinco princípios da extensão, descritos a seguir.

- 1) Interação dialógica: destaca o diálogo e a busca do conhecimento da realidade como mediação de um fazer crítico, ético, teórico, jurídico, político e metodologicamente fundamentado.
- 2) Indissociabilidade de ensino-pesquisa e extensão: evidencia o papel social da universidade, bem como a importância da interação entre as demandas da sociedade e a produção de conhecimento acadêmico. A tríade ensino-pesquisa-extensão possibilita uma dinâmica de retroalimentação dos espaços formativos.

- 3) Impacto na formação do estudante: busca constante de um processo de formação crítica, humana e cidadã, valorizando a cultura local, as potencialidades da região, a defesa intransigente dos direitos humanos e da sustentabilidade.
- 4) Interdisciplinaridade: busca romper com as dicotomias entre as áreas de conhecimento, na perspectiva de construir um processo de interação, cooperação e aprendizado.
- 5) Impacto e transformação social: a transformação da extensão universitária em um instrumento de mudança social e da própria universidade tem caminhado junto com a conquista de outros direitos e de defesa da democracia. Nessa perspectiva, a troca de saberes acadêmico e popular tem, por consequência, não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade (Gadotti, 2017).

5.4 Participações em espaços de representação política da região

As representações do Setor Litoral nos conselhos e fóruns de políticas públicas da região caracterizam também o envolvimento e o compromisso da comunidade acadêmica com a região. Segundo Oliveira (2015), a UFPR Setor Litoral tem representação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf), no Conselho Consultivo do Parque Nacional de Saint-Hilaire Lange, no grupo de trabalho responsável pelo Termo de Ajustamento de Conduta e Plano de Regularização Fundiária do Bairro Vila Nova, em Matinhos, no Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (Colit), no Conselho Municipal de Saúde de Matinhos, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Matinhos (CMDMS), no Conselho da Cidade de Matinhos e no Fórum Municipal de Educação de Matinhos.

Essas instâncias coletivas de discussão das políticas públicas permanecem como espaço de construção de consenso, de luta por direitos, de disputa, de correlação de forças, de exercício da democracia. Enquanto espaços contraditórios e em disputa, “(...) cada vez torna-se mais evidente que não é suficiente analisar os conselhos olhando apenas para as suas dinâmicas internas. É preciso recuperar o ambiente mais amplo no qual eles se situam e sobre o qual buscam incidir” (Almeida e Tatagiba, 2012, p. 22).

Nesse sentido, a temática da intersetorialidade ganha destaque, bem como os estudos que abordam as especificidades desse território. Diante das peculiaridades tanto da região quanto do PPP da UFPR Litoral, já abordadas, o debate da intersetorialidade ganha relevância, considerando o papel social da

universidade expresse no envolvimento, na articulação e no comprometimento a partir dos estudos realizados nesse território.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este debate teve como aporte empírico a região do litoral do Paraná e a implantação de um *campus* da UFPR, tendo como principais interlocutores os(as) egressos(as) sobre o processo de inserção profissional, a trajetória progressiva, o prolongamento dos estudos. O Setor Litoral da UFPR, implementado há quatorze anos, teve como justificativa as especificidades da região, expressas na concentração de mata Atlântica preservada, na beleza natural, na economia dependente da atividade portuária e do turismo de sol e mar, nas desigualdades sociais, na sazonalidade da economia, nos baixos índices de desenvolvimento social, econômico, assim como pela cultura política clientelista.

A UFPR propôs um PPP diferenciado dos demais setores, objetivando contribuir para o desenvolvimento da região, com intencionalidade emancipatória, com forte atuação extensionista. A produção acadêmica dos servidores docentes e técnicos, exemplificada neste capítulo, expressa a conexão com os princípios propostos pelo PPP.

A insistente determinação em acompanhar a trajetória dos(as) egressos(as) da UFPR Setor Litoral configura uma estratégia de contribuir para um processo contínuo de avaliação das ações da universidade, considerando *as diversas dimensões* das trajetórias dos sujeitos na academia e fora dela, a partir do engajamento nos projetos institucionais, na iniciação científica, no Pibid, na extensão, além, é claro, de suas inserções nos projetos docentes, dos servidores técnicos, nas mais amplas temáticas desenvolvidas. Cada um(a) é um universo de conhecimento, ação, no que concerne ao atitudinal e procedimental, em que esse universo possível e passível de reconhecer a partir da análise realizada.

Nessa perspectiva, a fala dos(as) diplomados, a análise dos dados dos(as) ingressantes e a sistematização de informações com base na tríade ensino-pesquisa-extensão confirmam a relevância da chegada do Setor Litoral na região. Os dados corroboram para a identificação da ampliação do acesso de trabalhadoras e trabalhadores no ensino superior, para a relevância das cotas, para a mobilidade intergeracional, para a inserção profissional, para o prolongamento dos estudos, para a permanência dos(as) diplomados(as) na região, para uma potencialização do capital cultural e político, para o envolvimento com outros níveis de educação e, principalmente, para o compromisso com o entorno da universidade, reiterando que a UFPR Setor Litoral é uma universidade da região, tecida, planejada e desenvolvida a partir das demandas da realidade.

Toda a trajetória acadêmica representada aqui pelos(as) respondentes da pesquisa afirma a hipótese inicial de uma formação com intencionalidade emancipatória e o consolidado papel da universidade para e com as comunidades interna e externa.

REFERÊNCIAS

- AIRES, J. A.; ZIMER, T. T. B.; LORENZETTI, L. (Org.). **Disseminado conhecimentos e práticas**: o Pibid na UFPR. 1. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2016.
- ALANO, E. R. C. **Espaço rural e suas possibilidades empreendedoras**: o assentamento Nhundiaquara no litoral paranaense. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- ALENCASTRO, L. H. **Concepções de estudantes sobre os projetos de aprendizagem no ensino superior**. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan.-mar. 2012.
- ALVES, M. G.; MORAIS, C. Entre educação e mundo do trabalho: quais os efeitos da feminização do ensino superior? *In*: CABRERA, L. (Coord.). Fraturas sociais e educativas: desafios para a sociologia da educação. **M&A**, n. 5, p. 80-96, 2018.
- ANGELOTTI, R. **Contribuições da extensão universitária para o ecodeenvolvimento**: o caso do setor litoral da UFPR. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRASIL. **Balanco de governo 2003-2010**: educação. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3aAtKOA>>. Acesso em: 6 dez. 2019.
- CARVALHO, P. H. **A formação continuada de professores da educação básica pública e a função da universidade**: limites e possibilidades da ação da UFPR setor litoral. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- COSTA, J. M. A.; CUNHA, M. C.; ARAÚJO, R. B. M. de. Federalismo cooperativo brasileiro: implicações na gestão da educação municipal. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 4, n. 8, p. 14-23, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2YFjjXs>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- COUTO, L. P. A pedagogia universitária nas propostas inovadoras de universidades brasileiras: o caso da UFPR-Litoral. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 3, n. 6, p. 220-235, 2011.

_____. **A pedagogia universitária nas propostas inovadoras de universidades brasileiras**: por uma cultura da docência e construção da identidade docente. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CUNHA, C. M.; HAMERMULLER, D. O.; ALANO, E. R. C. **Versão interiorizada e gestão democrática do ensino superior**: o desafio de novas perspectivas. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 7. Assunção, Paraguai: Inpeau, 29 dez. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3mOb7MU>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

D'AVILA, G. T. **Movimentos laborais e sentidos atribuídos ao trabalho por jovens profissionais**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FAGUNDES, M. C. V. **Universidade e projeto político-pedagógico**: diálogos possíveis fomentando formações emancipatórias. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2YR3Kw7>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

GONÇALVES, N. G. Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: desafios e possibilidades. *In*: GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (Org.). **Princípios da extensão universitária**: contribuições para uma discussão necessária. 1. ed. Curitiba: CRV, 2016, v. 1.

HAMERMÜLLER, D. O. **Possibilidades e limites do exercício da autonomia dos estudantes na UFPR litoral**: os projetos de aprendizagem em foco. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

HOROCHOVSKI, R. R. *et al.* Bacharelado em gestão pública da UFPR: uma contribuição ao desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná. **Temas de Administração Pública**, v. 3, n. 6, p. 1-22, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3j0pOeS>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Proposta de publicação de livro**: o papel das instituições de ensino superior na interiorização do desenvolvimento brasileiro. Brasília: Ipea; MDR, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2YKOf9g>>.

JARDIM, T. H. N. Destinos (im)prováveis: um estudo sobre alunos beneficiários de política de ação afirmativa egressos do serviço social. **Libertas**, v. 17, n. 1, 4 out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3oZb6s8>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

KOGA, D. **Medida de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

MARQUES, A. P.; ALVES, M. G. (Org.). **Inserção profissional de graduados em Portugal**: (re)configurações teóricas e empíricas. Portugal: Húmus, 2010.

MAHLMEISTER, R. *et al.* **Revisitando a mobilidade intergeracional de educação no Brasil**. [s.l.]: Insper, set. 2017. (Policy Paper, n. 26).

MASETTO, M. T. Atividades pedagógicas no cotidiano da sala de aula. *In*: CASTANHO, S.; CASTANHO M. E. (Org.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papirus, 2001.

MATTOS, V. D. B.; BIANCHETTI, L. Educação continuada: solução para o desemprego? **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 1167-1184, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3ACuKMT>>. Acesso em: 1º maio 2019.

MATTOS, V. D. B.; SANDRIN, L. Observatório da vida universitária em uma universidade federal no Sul do Brasil: considerações acerca dos ingressantes em administração na UFFS. **Observatório em Debate**, v. 1, p. 78-99, 2015.

MOROSINI, M. (Ed.). **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. 2. ed. Brasília: Inep, 2011.

MONT'ALVÃO NETO, A. L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, jun. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3FXm3AE>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

OLIVEIRA, A. L. de. **O processo de inserção profissional dos egressos da UFPR Setor Litoral**. 2015. 191f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, 20 jul. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3vbAsnY>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

OLIVEIRA, P. C. de; CARVALHO, P. de. A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire. **Paidéia (Ribeirão Preto) [on-line]**, v. 17, n. 37, p. 219-230, 2007.

PIERRI, N. *et al.* A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 137-167, 2006.

PRANDI, J. R. **Os favoritos degradados**. São Paulo: Loyola, 1982.

QUADROS, D. C. B. de. **Acesso, ações afirmativas e Lei de Cotas na educação superior**: Universidade Federal do Paraná Setor Litoral. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RISTOFF, D. Democratização do *campus*: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **Cadernos do GEA**, v. 9, jan. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3aw12ys>>. Acesso em: 9 jan. 2020.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **Universidade e desenvolvimento**: ser da região *x* estar na região. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7. Lisboa: Ciea, 2010.

SILVA, L. E. da; REIS, R. O Pibid ciências no contexto da educação para a sustentabilidade: práxis dialógica no Litoral do Paraná. In: AIRES, J. A.; ZIMER, T. T. B.; LORENZETTI, L. (Org.). **Disseminado conhecimentos e práticas**: o Pibid na UFPR. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2016. v. 1.

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário da UFPR. **Resolução nº 39, de 1º de junho de 2004**. Cria o *campus* do litoral da Universidade Federal do Paraná, mediante as providências que especifica. Curitiba: UFPR, 1º jun. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/3vbPLNd>>. Acesso em: 11 set. 2013

UFPR LITORAL – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL. **Projeto político pedagógico da UFPR Litoral**. Matinhos: UFPR Litoral, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2X6gGxk>>.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cadernos Cedes**, v. 23, p. 267-281, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, A. L. de; SILVA, L. E. da; ESTEVES, L. A. O papel social da universidade e o desenvolvimento regional a partir da análise da atuação da UFPR no litoral paranaense. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, Curitiba, v. 41, p. 252-269, 2017.

SILVA, M. M. da; RIBEIRO, E. B. Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no serviço social. **Rev. katálysis [on-line]**, v. 19, n. 3, p.342-350, 2016.